

***Herança Colonial Descolonizada: o Crescimento da
Língua Portuguesa em África e o
Reconhecimento das Normas Angolana e
Moçambicana***

SÍLVIA ALEXANDRA SIMÕES MENDES

[Versão corrigida e melhorada após defesa pública]

**Dissertação de Mestrado em Português como
Língua Segunda e Estrangeira**

Junho 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Martinho.

Aos meus pais.

À minha irmã e ao meu sobrinho.

Ao continente africano e suas línguas, africanas e africanizadas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, pois sem eles não teria sido possível realizar esta dissertação. Estava presente mas era como se não estivesse...muitos momentos de alheamento!

Ao meu namorado Hilton por todo o seu amor, conhecimento, paciência, apoio e conselhos. À Aline e à Dora pela informação partilhada e palavras de incentivo. À Maimuna pelas informações sobre a sua língua materna, o baiote. A todos os colegas de turma, especialmente os colegas chineses; espero que a língua portuguesa vos proporcione boas oportunidades de trabalho no vosso país de origem! Gostei de vos ter conhecido.

Um agradecimento especial à professora Ana Maria Martinho pela sua orientação, apoio e tentativa de agilização de todo o processo. E porque com todos aprendemos, gostaria de deixar também uma palavra de apreço a todos os outros professores que tive neste mestrado: professora Maria do Carmo Vieira da Silva, professor Luís Bernardo, professora Alexandra Magnólia Dias e professora Raquel Vaz-Pinto. Com todos aprendi e sairei assim deste mestrado com novas ideias, conceitos e formas de ver o mundo.

Nem todos os momentos foram fáceis, mas o final foi alcançado!

Herança Colonial Descolonizada: o Crescimento da Língua Portuguesa em África e o Reconhecimento das Normas Angolana e Moçambicana

- Sílvia Alexandra Simões Mendes-

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo refletir sobre o crescimento da língua portuguesa em África e sobre o reconhecimento das normas angolana e moçambicana da língua portuguesa. Este crescimento está previsto devido às projeções de forte aumento populacional para Angola e Moçambique, no período 2015-2050-2100, apresentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. Tal implicará que o centro dos falantes de língua portuguesa se desloque do Brasil para África. A verificarem-se estas projeções, Angola e Moçambique totalizarão cerca de 266 milhões de habitantes em 2100, o que ultrapassará os 200.305 milhões de habitantes estimados para o Brasil em período homólogo.

Observa-se que Angola e Moçambique deverão reconhecer as suas respetivas normas da língua portuguesa e que provavelmente acabarão por fazê-lo no futuro, devido a esse crescimento populacional, o que originará um maior peso destes dois países na CPLP e consequente reforço de posição na gestão do sistema de normas desta língua. Defendemos também que será uma forma de estes dois países reduzirem as suas taxas de insucesso escolar, também decorrentes da utilização, no ensino, do português europeu, norma que não é falada pela população.

Assim, Angola e Moçambique decidirão provavelmente, juntamente com o Brasil, o futuro da língua portuguesa, também por força das suas normas linguísticas que têm as suas próprias características e que, provavelmente por força do seu crescimento, reivindicarão um reconhecimento e estatuto de igualdade a par das normas brasileira e europeia. Finalmente, aponta-se a necessidade de uma maior paridade social e económica entre a língua portuguesa e as línguas africanas com que convive e por que foi modificada, assim como a necessidade de uma política linguística que ponha tal em prática.

PALAVRAS-CHAVE: África, língua portuguesa, norma, línguas africanas, Angola, Moçambique, política linguística.

Decolonised Colonial Heritage: the Growth of the Portuguese Language in Africa and the Recognition of the Angolan and Mozambican Norms

-Sílvia Alexandra Simões Mendes-

ABSTRACT

This dissertation's purpose is to reflect on the growth of the Portuguese language in Africa and the recognition of the Angolan and Mozambican norms of the Portuguese language. This growth is expected due to the prospects of a high population increase for Angola and Mozambique in the period 2015-2050-2100, published by the United Nations (UN) in 2015. This will imply the switch of the center of the Portuguese language speakers from Brazil to Africa. If these prospects hold true, Angola and Mozambique together will make up a population of 266 million inhabitants by 2100, which will exceed the 200.305 million inhabitants estimated for Brazil in the same period.

It is argued that Angola and Mozambique should recognize their respective norms of the Portuguese language and that they will probably end up doing so in the future. Their population growth will lead to a greater importance of these two countries in the CPLP (the Portuguese-Speaking Countries Community) and consequent reinforcement of their position in the norms' management system of this language. Moreover, we believe that the recognition of these norms will help to reduce their high school failure rates that also originate from the use of the European Portuguese norm in education, one that is not spoken by the population.

Hence, Angola and Mozambique will probably, together with Brazil, be able to decide on the future of the Portuguese language, also by virtue of their norms, with their own linguistic features, that will demand equality status with the Brazilian and European ones. Also, a situation of greater social and economic equality between the Portuguese language and the African languages with which Portuguese shares its space and by which it was modified, is advocated, as well as the need of a language policy that puts this into practice.

KEYWORDS: Africa, Portuguese language, norm, African languages, Angola, Mozambique, linguistic policy.

ÍNDICE

Índice geral	VII
Índice de ilustrações: tabelas e gráficos	IX
Lista de acrónimos e abreviaturas.....	X
Introdução	1
Capítulo I – O legado colonial linguístico em África	5
1.1 - O multilinguismo africano – abordagem teórica	5
1.2 – A língua do colonizador no tempo colonial	13
1.3 - As línguas africanas no tempo colonial	15
1.4 - A diglossia africana	18
Capítulo II – O crescimento da língua portuguesa em África	21
2.1 – Projeções de crescimento populacional e linguístico	21
2.1.1 – Número de falantes de português em Moçambique	23
2.1.2 – Número de falantes de português em Angola	25
2.2 – Aspectos conexos ao crescimento da língua portuguesa em África: impacto nas línguas africanas, lusofonia, CPLP	29
2.3 – Porque poderão falhar as projeções	32
2.4 – Necessidade de medidas complementares	34
Capítulo III – As normas angolana e moçambicana da língua portuguesa e seu reconhecimento	38
3.1 – O português como língua pluricêntrica	38
3.2 – As normas africanas do português e (necessidade do) seu reconhecimento	43
3.3 – Algumas considerações sobre a génese das normas africanas da língua portuguesa	48

Conclusão	54
Fontes e referências bibliográficas	58
Anexos	80
Anexo A	80
Anexo B	81
Anexo C	82
Anexo D	83
Anexo E	85

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES:

Tabelas e Gráficos

Tabelas:

Capítulo II

Tabela 1: Projeções demográficas (em milhões) da ONU, realizadas em 2015 e 2017 para os PALOP e o Brasil.....	22
Tabela 2: Distribuição percentual das L1, em Moçambique, em 1980, 1997 e 2007.....	23
Tabela 3: Línguas mais faladas em Angola (contexto familiar)	25

Gráficos:

Capítulo III

Gráfico 1: O sistema de normas do português em 2015.....	40
Gráfico 2: O sistema de normas do português em 2100.....	41

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AO90	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ELC	Ex-Língua Colonial
L1	Língua Materna
L2	Língua Segunda
LA	Línguas Africanas
LE	Língua Estrangeira
LdE	Língua de Ensino
LNM	Língua Não Materna
LO	Língua Oficial
LP	Língua Portuguesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PTAO	Português de Angola
PTBR	Português do Brasil
PTEU	Português Europeu
PTLM	Português como Língua Materna
PTMZ	Português de Moçambique
UA	União Africana
VOC	Vocabulário Ortográfico Comum

INTRODUÇÃO

A língua é o elemento mais determinante na interação humana e na consubstanciação de uma dada cultura; talvez por isso qualquer debate à sua volta gere tantas paixões e comoções. Foi por este (desafiante) motivo que a elegemos para ser objeto desta dissertação. Desta forma, pretende fazer-se uma reflexão sobre a possibilidade de Angola e Moçambique reconhecerem as suas respetivas normas da língua portuguesa (LP), rumo a uma situação de paridade com as normas brasileira e europeia, estas já há muito reconhecidas. É em África que a LP geralmente é falada como língua segunda (L2) e é também para este continente que estão previstas altas taxas de crescimento demográfico; destas duas premissas, nasce este trabalho. Caso essas projeções se verificarem, é muito provável que a LP cresça significativamente em África na qualidade de L2, mas também na de língua materna (L1), facto que subjaz às análises e questões trazidas a lume neste trabalho.

Esta dissertação assenta na ótica do reconhecimento, por parte de Angola e Moçambique, das suas normas da LP e serão abordadas algumas questões que sustentam esta tomada de posição, nomeadamente a participação destes países no sistema de gestão de normas do português e a elevada percentagem de insucesso escolar que apresentam. Defendemos também que acabarão por fazê-lo, o que não ocorrerá todavia brevemente (não há ainda indícios muito significativos nesse sentido), mas sim futuramente, mormente por força de um aumento populacional muito significativo que se espera para estes dois países. Tal crescimento está previsto devido às projeções de forte aumento demográfico para Angola e Moçambique apresentadas, em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o período 2015-2050-2100¹. A verificarem-se estas projeções, Angola e Moçambique totalizarão cerca de 266 milhões de habitantes em 2100, o que ultrapassará os 200.305 milhões de habitantes estimados para o Brasil em período homólogo. Inclusive, tal acarretará, provavelmente, uma mudança nas relações de força no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), devido ao provável ganho de influência destes dois países que, juntos, poderão formar um contrapeso à hegemonia que muitos dizem ter o Brasil na Comunidade. Assim, prevemos que esse ganho de influência acabará por catalisar a vontade de

¹ Projeções disponíveis em https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/World_Population_2015_Wallchart.pdf

reconhecimento do português de Angola (PTAO) e do português de Moçambique (PTMZ) pelos seus respetivos países.

Como introito ao tema desta dissertação, podemos lembrar Grillo (1989:14), que nos fala da língua como instrumento de poder e dominação: “Among the many questions that arise here is that of the extent to which language itself has power; i.e. is a dominating force in and of itself (...), and the extent to which language, in a less determinist way fashions, reflects, articulates, reinforces other structures of domination.” Ora, tendo em conta que a LP foi levada para África como parte integrante de um “colonial cultural package”, como, não sem ironia, relembram Mazrui e Mazrui (1998:1), pensamos imediatamente no colonialismo como uma das possíveis “other structures of domination” referidas por Grillo, a que (também) a língua dava corpo. Escolher uma língua em detrimento de outra é, antes de mais, uma escolha ideológica, não tendo tanto a ver com a suposta inferioridade linguística da outra. A nível linguístico, todas as línguas estão em pé de igualdade. Essa escolha, a ser feita, assenta em relações de poder: a língua prestigiante, a eleita, é a língua de quem está no poder. Neste período, existia (e ainda existe) uma pressão política e socioeconómica a favor da língua colonial e em detrimento das línguas africanas (LA). Contudo, as duas partes sobreviveram: nem o colonialismo conseguiu aniquilar as LA, nem as independências africanas descartaram a ex-língua colonial (ELC). Ambas as partes convivem hoje lado a lado em África, sendo que a situação de diglossia continua a existir, no quadro daquilo a que Calvet (1974:65) chama de “superestrutura linguística”. A convivência linguística não é *per se* problemática; a desigualdade que se estabelece entre as línguas é que o é. Por isso, nos países africanos, é grande a necessidade de uma hábil política linguística, que está ausente na maior parte deles.

E, por se ter afastado tanto do seu centro, a LP modificou-se, enriquecendo-se com novas palavras, sons, sintaxe e morfossintaxe, porquanto se adaptou a novas realidades. Ironicamente, a maior parte dos falantes de português encontra-se fora deste ex-centro. Surgiram assim novas normas da LP, diferentes da europeia. Uma delas, a brasileira, há muito que tem uma posição firmada, reconhecida, estando bem descrita e codificada. No entanto, não é esse o caso das normas africanas do português, cujos países continuam arreigados à norma do português europeu (PTEU), também a nível emocional, arriscamo-nos a dizer, apesar de não ser falada pela população, havendo assim um grande desfasamento entre a norma-padrão, o ideal a atingir, e a prática

linguística da maior parte dos falantes de português de Angola e Moçambique. Que consequências tem isso a nível da educação? Terá algo a ver com a percentagem considerável de insucesso escolar destes países? E o facto de seguirem a norma do PTEU não desvinculará Angola e Moçambique da participação na gestão do sistema de normas da LP, a sua própria língua oficial (LO)? Poderão eles participar na promoção e ensino da LP como língua estrangeira (LE), por exemplo? O que pensarão do facto de as suas normas (quase) nunca serem ensinadas, ou mencionadas, aos alunos de LP como LE?

E os números espetaculares de crescimento para a LP em África, serão eles realistas? Haverá obstáculos que possam impedir a concretização das previsões da ONU? Poderá a LP crescer só com o aumento populacional, sem a ajuda de medidas complementares? E o que significa esse crescimento da LP para as LA? Em que situação ficarão elas?

No primeiro capítulo, em jeito de enquadramento, e tendo em conta que a língua portuguesa em África constitui um legado colonial e está em franco crescimento devido às altas taxas de urbanização, sobretudo em Angola e Moçambique, será feita uma reflexão sobre a ex-língua colonial (ELC) neste continente (alguns exemplos relativos ao inglês e ao francês também poderão ser dados), sua posição no tempo colonial e relações de força de então e de hoje com as LA. Algumas considerações serão por isso avançadas sobre a situação de diglossia que caracteriza a paisagem linguística africana.

No segundo capítulo debruçar-nos-emos então sobre o crescimento previsto para a LP no continente africano, mais propriamente os números em que ele se traduz, também sobre os eventuais obstáculos a esse crescimento que poderão inviabilizar estas previsões, assim como incluiremos algumas reflexões breves sobre questões conexas a esta temática, como sejam o impacto nas LA, a CPLP e a lusofonia.

Por fim, no terceiro capítulo, abordaremos as questões relativas à posição do português como língua pluricêntrica, à necessidade de reconhecimento do PTAO e do PTMZ e daremos algumas informações sobre a génese destas normas. Uma vez que não é objetivo desta dissertação apresentar uma caracterização gramatical do PTAO e PTMZ, mas antes refletir sobre a sua génese e reconhecimento, a mesma não estará incluída em nenhum dos capítulos. O trabalho de investigação levado a cabo apoiou-se principalmente na análise do estado da arte sobre os assuntos subjacentes ao tema proposto, isto é, na pesquisa bibliográfica e também documental (vídeos, *podcasts* e

notícias publicadas na comunicação social). De igual forma, poderão ser também utilizados dados recolhidos presencialmente (observação *in loco* em Moçambique e Angola) ou obtidos através de contactos pessoais com cidadãos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

No que respeita à delimitação temporal, esta dissertação alberga factos que se verificaram em África, no tempo colonial, particularmente com o início da colonização efetiva de África pelos portugueses, ocorrida após a Conferência de Berlim (1884-1885), e, tendo em conta o seu carácter projetivo, estende-se até 2050-2100, datas referentes às projeções demográficas da ONU, as quais dão o mote a este trabalho.

Finalmente, uma menção à amplitude semântica de alguns dos termos presentes nesta dissertação: o termo “lusófono” será aqui usado no seu sentido mais neutro: “que fala português”, ou “de língua oficial portuguesa” (na nossa aceção, “lusófono” não equivale a “lusitano” e deste conceito se deve afastar); as expressões “África lusófona”, “África francófona” e “África anglófona” serão grafadas sem aspas e usadas com o significado de “países africanos de língua oficial portuguesa, francesa e inglesa”, respetivamente (e não de “países africanos de expressão portuguesa, francesa e inglesa”, pois a expressão desses países não é portuguesa, francesa ou inglesa). Os conceitos de “plurilinguismo” e “multilinguismo” serão usados de forma intercambiável, assim como os de “norma” e “variedade”, estes últimos na aceção de forma de falar própria de um determinado país (ou a norma-padrão desse país) dentro de um sistema linguístico mais vasto que, neste caso, é a língua portuguesa.

CAPÍTULO I

O LEGADO COLONIAL LINGUÍSTICO EM ÁFRICA

1.1 – O multilinguismo africano: abordagem teórica

Como é do conhecimento dos estudiosos deste continente, África desafia a noção ocidental, e mais propriamente europeia, de Estado-nação. Assim, a correlação língua-cultura-nação pode ser antes a exceção e não tanto a regra neste continente²:

“Such an isomorphism – even if idealized – between language, culture and nation state is almost entirely absent on the African continent (...). Their citizens use several languages in different functional domains. (...) While language certainly plays a role in identity politics in Africa as it does elsewhere, the ways in which this happens are considerably more complex than the simplified model originating in nineteenth-century European nationalism.”

(Fleisch e Rhiannon, 2016:3)

Desta forma, também Bamgbose, citado em Roy-Campbell (2003:85), observa que “one-language-one-nation is an outmoded nineteenth-century concept. Many contemporary African leaders have designated several African languages within their countries as national languages”. Isto contrapõe-se aos muitos Estados africanos que, após a independência, consideraram que uma situação pautada pelo monolinguismo era a solução ideal para integrar os diversos grupos linguísticos e evitar conflitos étnicos.

Este legado colonial, que representam o português, o francês e o inglês em África, foi sempre visto como forma de sobrevivência nesta “Babel africana”. Contudo, alguns defendem que essa Babel não é tão real quanto se pensa. Assim, Prah (2003; 2005) diz que as LA podem, na realidade, ser agrupadas em grupos mais amplos que têm graus significativos de inteligibilidade mútua, diminuindo assim a percepção de “caos linguístico” que supostamente caracteriza África, ou então constituem variedades dialetais de outras línguas. Sanogo (2008:20) alinha pelo mesmo diapasão: “Les langues

² Cabo Verde é, por exemplo, considerado um dos poucos países africanos que correspondem ao modelo ocidental/europeu de Estado-nação: um só povo, um só território, uma só língua (materna).

africaines, dont le nombre est parfois exagéré à dessein, sont le fruit de l’histoire, et le plurilinguisme africain n’est qu’une disparité de façade, car les nombreuses langues du continent n’appartiennent en fait qu’à quatre phylums³ distincts, d’après l’état actuel de la recherche en ce domaine.” A propósito, Roy-Campbell (2003:95) menciona que uma ortografia harmonizada poderia ser desenvolvida para cada um destes grupos de línguas e conclui metaforicamente: “Rather than being defeated by the tower of Babel, African linguists and educators can be galvanized by the power of Babel”.

Os missionários, que foram quem se ocupou da educação em África nos primeiros anos do imperialismo europeu, interessaram-se pelo estudo e descrição das LA como forma de melhor evangelizar os africanos. Aquando dessa descrição, consideraram erradamente determinadas línguas como sendo línguas diferentes, quando na realidade pertenciam ao mesmo grupo linguístico ou eram dialetos da mesma língua. Ora, sem se aperceberem disso, contribuíram para a fragmentação artificial de línguas e para a ideia de uma “Babel Africana”, tal como observa Prah (2005:39): “One inadvertent result of missionary linguistic practices in Africa is that dialects have been elevated to languages to the point that the myth of Babel in Africa appears real, when in fact it is only chimerical.” Como anteriormente referido, existe a ideia de que as línguas europeias vieram salvar África desse caos linguístico; contudo, Babajide (2001:9) menciona ironicamente que “even now that colonialism has become history, the language situation is not any better”. Aqui, o autor aponta para o aumento dessa complexidade linguística com o advento das línguas europeias, introduzidas pelas ex-potências coloniais, as quais vieram empolar uma situação já de si linguisticamente complexa (Babajide, 2001; Ogunsiyi, 2001).

Todavia, não deixa de ser verdade que o plurilinguismo africano é uma realidade. Este continente é, aliás, visto como o linguisticamente mais complexo do mundo, mais até do que o continente asiático (Mazrui e Mazrui, 1998:17). Este multilinguismo individual e/ou social africano é sobejamente conhecido. Está de tal forma enraizado que já foi inclusive chamado de “língua franca de África” (Fardon e Furniss, citados em wa Thiong’o, 2003:2), sendo as diferentes línguas do continente utilizadas de acordo com a situação ou o interlocutor: “Multilingualism is common, both at the societal and the individual level. People usually speak several African

³ Segundo Heine e Nurse (2004), citados em Sanogo (2008:20), um *phylum* é um “regroupement de langues plus large mais moins bien défini et moins largement accepté qu’une famille.”

languages and often know one or more Indo-European languages, the latter being a legacy of colonial rule” (Fleisch e Rhiannon, 2016:4). Assim, muitos africanos falam a sua L1, uma língua de proximidade, uma língua nacional africana de maior dimensão (como o ioruba ou o suaíli, por exemplo), a ELC e, eventualmente, uma LE.

Devido à dificuldade em distinguir entre dialeto e língua e, por vezes, em denominar⁴ as diferentes línguas, não existe consenso relativamente ao número exato de LA. A maior parte dos autores colocam-no acima das 2000 línguas (Batibo, 2005:3). O sítio eletrónico *Ethnologue* diz-nos que existem 2,143 línguas em África, das quais 1,018 com vigor, 255 em risco e 144 em vias de extinção⁵. No que respeita a este perigo de extinção⁶, o dedo acusador é geralmente apontado à ELC, a qual, enquanto língua de prestígio e, amiúde, a única oficial, exerce uma pressão hegemónica sobre as LA.

Com a Conferência de Berlim (1884-85) e a “corrida a África” que se seguiu, este continente foi dividido artificialmente, sem se prestar atenção à realidade sociológica pré-existente, aos diferentes grupos étnicos ou à questão linguística, daí o facto de muitas LA serem transnacionais ou de algumas comunidades terem sido repartidas por países diferentes. Assim, a língua do colonizador parecia ser o único elo comum a toda a população (ainda que nem todos a dominassem) e o principal instrumento para a construção do Estado-nação; o plurilinguismo africano foi assim negado e visto como um empecilho à mesma. Bieger-Merkli (2010:173) aponta o facto de, tanto na Europa como em África, o modelo de Estado-nação vigente ter recusado o plurilinguismo: “En Europe, le modele de l’État-nation a également, tout come en Afrique, exercé une négation de la diversité linguistique et culturelle. Comme en Afrique, l’alphabétisation est devenue en Europe l’instrument par excellence au service de la construction nationale.”

⁴ Severo (2014) elucida que eram os europeus quem, de certa forma, “inventava”, descrevia e nomeava as LA e que isso era uma forma de dominação, pois tal dava-lhes como que a “tutela” das mesmas. O critério linguístico foi inclusive tomado como diferenciador dos diferentes grupos étnicos, “impondo nomes e distinções a grupos que até então não existiam” (p.13), uma vez que “não parece ter havido qualquer sentido de auto-consciência étnica no período anterior à colonização.” (Irvine 2008, citado em Severo 2014:14).

⁵ Informação disponível em <https://www.ethnologue.com/region/Africa>.

⁶ Krauss (1992) e Monbiot (1995), citados em Prah (2005:33), previram a extinção de 95% das cerca de 6000 línguas que há no mundo. Prah refere que a maior parte das LA estão incluídas nesta estimativa e que a melhor forma de evitar que tal aconteça é a sua utilização no ensino, pois as línguas mais rapidamente são condenadas à extinção se aí não forem usadas. Defende, assim, a sua utilização em todos os níveis de educação, desde a escola primária ao ensino superior (Prah, 2005:35).

E é exatamente o uso da ELC na educação em África que sempre permaneceu uma questão polémica. Vista por uns como necessária devido ao multilinguismo africano e, por outros, como prejudicial à aprendizagem e responsável por altas taxas de insucesso escolar, a verdade é que é cada vez mais consensual a necessidade de educação na L1. De facto, existe uma série de recomendações internacionais que vão neste sentido, desde a Recomendação da Unesco de 1953⁷, passando pela Conferência de Jomtien de 1990⁸, até à *The Asmara Declaration on African Languages and Literatures*⁹. Desta forma, na maior parte dos países, é um dado adquirido que as crianças devem aprender na sua L1; todavia, África é o único continente do mundo onde este assunto ainda levanta questões e dúvidas. A este propósito, Prah (2009:144) indaga o seguinte: “Why is this still an issue when it comes to Africa and Africans? Why is, what is considered to be common sense to the rest of the world a great and endlessly continuing issue of debate and dissension in Africa?”. Na ótica deste autor, aquilo que parece evidente aos olhos do resto do mundo (educação na L1) não o é neste continente, onde esta lógica, por algum motivo, “breaks down and all sorts of reasons are found why in the case of Africa this should be different” (2005:36). Segundo Ohly (2004:106), apesar de a União Africana (UA) ter, por variadas vezes, exortado os Estados africanos a adotar as recomendações da Unesco relativamente à educação na L1, a maior parte deles continua a justificar a exclusão das LA com base em argumentos economicistas: “The lifeboat theory serves as a paraphrase: the available places are limited.” Ohly refere-se aqui à natureza pragmática da política linguística da maior parte dos países africanos, que privilegia a ELC e se limita a designar as LA de “nacionais”. De facto, produzir materiais didáticos nas diversas LA ou formar professores para o ensino nas mesmas – ou para o ensino bilingue – são medidas onerosas que muitos Estados africanos não se podem permitir. Contudo, o preço a pagar pode sair-lhes ainda mais alto: altas taxas de insucesso escolar. Cahen (2012:303) também chama a atenção para este problema:

⁷ Esta Recomendação concluiu que “It is axiomatic that the best medium for teaching a child is his mother tongue. (...) he learns more quickly through it than through an unfamiliar linguistic medium.” In <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000028/002897EB.pdf> (p.11)

⁸ No relatório final desta Conferência, pode ler-se que “If we must achieve education for all in the year 2000 it has to be in the mother tongue.” In <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000975/097551e.pdf> (p.16)

⁹ Declaração emitida no âmbito da conferência intitulada *Against All Odds: African Languages and Literatures into the 21st Century*, que teve lugar de 11 a 17 de janeiro de 2000, na cidade de Asmara, Eritreia. Num dos pontos-chave defendidos pelos investigadores e académicos participantes pode ler-se que “All African children have the unalienable right to attend school and learn in their mother tongues. Every effort should be made to develop African languages at all levels of education.” In http://www.africa.upenn.edu/Govern_Political/asmrlit.html

“literacy learned directly in the colonial language can produce disastrous psychopedagogical results and can be one of the factors behind high failure rates at school. Children need to learn to read and write in their affective language, not in a foreign language” e vai mais longe dizendo, relativamente às LA, que “there is no need for these languages to be perfectly standardised and ‘grammaticalised’ for literacy to begin, especially as in most cases there are missionary materials available (dictionaries, lexicons, grammars) which, although old and imperfect, can still be used.” (2012:303)

Desta forma, ter uma L2 ou, inclusive, uma LE como língua de ensino (LdE) parece ser contraproducente na maior parte dos casos. Apesar das recomendações de ensino na L1, os Estados africanos continuam a fazer “ouvidos de mercador” às mesmas e não as implementam através dos órgãos educativos ou de políticas linguísticas. Solla (1999:76) refere que o ensino numa língua diferente da nossa pode ter efeitos positivos. Todavia, Carnoy (1992), citado em Solla (1999:76), chama a atenção para uma interessante dicotomia que aqui foi observada: “Esses resultados, entretanto, devem ser cuidadosamente interpretados. Todos os resultados que detectaram efeitos positivos do ensino bilingue sobre a aprendizagem envolveram estudantes que falam uma ‘língua dominante’ e aprendem numa língua não-dominante ou igualmente dominante na escola”. Este mesmo autor refere que estudos com estudantes de L1 não dominante obrigados a aprender exclusivamente numa língua dominante (situação verificada em África) apresentam resultados menos claros. De igual forma, Brock-Utne e Garbo (2009:contracapa) abordam esta questão de forma mais acutilante: “The false belief that the best way to learn a foreign language is to have it as a language of instruction actually becomes a strategy for stupidification of African pupils.” Isto é, a L2 ou a LE podem ser ensinadas como uma disciplina, mas não têm de ser LdE, o que, fora de África, é o que acontece na maior parte dos países: “most non-English-speaking countries outside the African continent (such as Europe, China, and Japan) also do not use English as a language of learning and teaching, without their citizens being any less successful or civilized than other nations. However, they do invest strongly in the teaching of English as a second or foreign language”, observam pertinentemente Webb e Kembo-Sure (2015:7). E, mesmo nos países africanos em que o ensino bilingue foi implementado (primeiros anos de escolaridade ensinados na L1, com a transição gradual para um ensino totalmente na ELC), tal parece ter sido feito com intuítos funcionais, ou seja, usar a L1 para facilitar a aprendizagem da ELC (face aos altos números de

insucesso escolar) e não tanto como meio de promoção das LA e da aquisição de saberes locais (Prah, 2009; Matsinhe, 2005; Chimbutane, 2015). O ensino bilingue funciona assim como uma espécie de trampolim para uma educação totalmente dada em português, inglês ou francês, tratando-se, desta forma, de um meio e não de um fim em si.

O acima exposto – língua exógena como oficial, utilização de uma L2/LE no ensino e problemas subsequentes – leva muitos a ver África como um continente ainda culturalmente colonizado, com uma dependência intelectual face à ex-potência colonial¹⁰. Os africanos falam línguas que não são africanas, muitos seguem uma cultura que não é africana, sendo este o continente em que tal é mais visível. De facto, sendo África a zona do globo com a maior diversidade linguística, torna-se irónica a sua dependência de línguas exógenas ao continente: “Le cas des langues africaines est assez paradoxal si l’on essaie de l’examiner d’un point de vue géopolitique. Le continent, qui possède à lui seul 31% des langues du monde, se trouve obligé, dans son fonctionnement institutionnel, de recourir à celles de l’Europe (...), qui n’en détient que 3% !” (Sanogo, 2008:27-28).

Durante o período colonial, foram inculcados determinados conceitos racistas nos africanos para que estes se resignassem a aceitar a suposta superioridade da cultura do colonizador, convencendo-os da sua falta de cultura, de civilização, em suma, da sua inferioridade: houve como que uma “intériorisation ou, mieux, épidermisation de cette infériorité” (Fanon, 1952:8). Ora, tal também aconteceu a nível linguístico: os africanos olhavam – e ainda olham – para as suas línguas como inferiores e aptas apenas para funções familiares, religiosas e comunitárias¹¹. Assim, esta atitude negativa face às

¹⁰ A este propósito, Mazrui (1977:290) observa que a fluência em várias LA não consegue contrabalançar a falta de fluência na ELC e que, inclusive, África se autodenomina de “lusófona”, “francófona” ou “anglófona”. As Constituições e legislações dos seus países não estão escritas em línguas africanas, na maior parte dos casos (Mazrui e Mazrui, 1998:6). Mazrui observa também pertinentemente que tal é algo que não ocorre no continente asiático, sendo que os asiáticos não se autodenominam nestes termos. Como exemplo dessa dependência cultural, podemos apontar a própria UA, organização que não tem como línguas oficiais as línguas nacionais dos seus Estados-membros (à exceção do árabe), mas sim línguas europeias, contrastando neste aspeto com organizações e comunidades como a União Europeia, a União Latina ou a Liga Árabe. Por último, consideramos ainda relevante mencionar Severo (2014:29) e a sua chamada de atenção para o facto de estes termos serem demasiado homogeneizantes e fazerem “vista grossa” à realidade multilíngue e multiétnica de África, transmitindo a ideia de um monolingüismo supostamente existente nestes espaços.

¹¹ Ao nível da África lusófona, de mencionar que, em 2016, aquando do anúncio, em Cabo Verde, do ensino do português como L2 e não como L1, houve algumas vozes, não percebendo o que tal na prática significa, que se mostraram contra esta mudança, alegando que o crioulo cabo-verdiano não é tão adequado, quanto o português, para servir de LdE. Ora, tal reflete a referida atitude de auto-

línguas e cultura africanas parece ser resultado da “síndrome colonial” (Fourie 1990, citado em Pütz, 2004:74). Tal atitude recebeu o nome de “auto-ódio” (Aguilar e Pinheiro 1993; Stroud, 2004; Ntongo, 2010). Desta forma, a “síndrome colonial”, o “auto-ódio”, o plurilinguismo, a desvalorização das LA e a relação desigual que existe entre estas e a ELC deram azo ao já referido ecossistema linguístico complexo que caracteriza o continente.

Terá sido África verdadeiramente descolonizada? Do ponto de vista mental, queremos dizer? Posto isto, terá o processo de descolonização mais a ver com o colonizador ou com o colonizado? Quando pensamos no conceito de “descolonização”, pensamos no colonizador como agente do processo. Não obstante, Fleisch e Rhiannon (2016:12) observam que o ato de descolonizar, longe do seu significado denotativo, tem mais a ver com o próprio colonizado do que com o colonizador. Nesta perspetiva, a partida das potências coloniais europeias não descolonizou *per se*; os africanos e as gerações vindouras terão de se descolonizar também a si próprios e as LA são um excelente ponto de partida para iniciar esse processo. Isto porque não existem línguas neutras e uma língua europeia não consegue expressar a realidade e conceitos africanos (a não ser que se “africanize”¹²). A forma como uma determinada língua conceptualiza a realidade influencia aqueles que a falam (Goke-Pariola, 1993:8). Por conseguinte, nenhuma língua é ideologicamente neutra, tal como não existem, do ponto de vista linguístico, línguas superiores ou inferiores; apenas existem línguas com prestígio ou sem ele.

Após as independências africanas, a questão que se colocava era a de como construir a nação a partir do Estado, como conseguir a unidade nacional num espaço multilíngue cujas fronteiras haviam sido artificialmente definidas pelo imperialismo. Contudo, uma nova visão tem surgido sobre o famigerado plurilinguismo africano: ao invés de visto como desvantajoso, este pode, na realidade, ter uma função instrumental na construção do Estado-nação e ser potencializado como algo de positivo. Assim, a apologia do Estado monolíngue e monocultural está a ser questionada e substituída por uma visão onde a diversidade, o multilinguismo e o multiculturalismo são vistos como recursos e não como problemas, “de que os países se devem servir para a sua

desvalorização de que padecem muitos africanos (informação obtida empiricamente a partir de contactos pessoais com cidadãos de Cabo Verde e de notícias publicadas na comunicação social).

¹² Relativamente à africanização de línguas europeias, ver o capítulo III (versa sobre a nativização da língua portuguesa em Angola e Moçambique)

constituição ou consolidação como nações-estado” (Ruíz 1984, citado em Chimbutane, 2015:56), até porque o desenvolvimento centrado na ELC não tem dado frutos e é inclusive apontado como um dos grandes causadores do subdesenvolvimento de África, uma vez que uma política educacional nela centrada acentua e reproduz as desigualdades sociais. Ainda relativamente à ideia de monolinguismo como construtor da nação, Benedict Anderson (1996) defende que construir a nação com base na língua (geralmente, uma só língua) nada tem de revolucionário. Salienta que uma nação é uma “comunidade imaginada”, imaginada porque “les membres de la plus petite des nations ne connaîtront jamais la plupart de leurs concitoyens: jamais ils ne les croiseront ni n’entendront parler d’eux, bien que dans l’esprit chacun vive l’image de leur communion.” (citado em Bieger-Merkli 2010:171). A comunidade imaginária é assim virtual, mas grandemente veiculada pela língua, idealmente numa situação de monolinguismo. Contudo, o multilinguismo pode, de facto, ser usado como uma força poderosa para a construção do Estado e para o desenvolvimento nacional, ao contrário de algumas crenças. Pode ser a materialização da divisa “unidade na diversidade”, promovendo a compreensão mútua e um senso de respeito pela individualidade, essenciais num Estado-nação multilíngue e multicultural. De igual forma, as LA, na sua qualidade de línguas vivas, não são entidades estanques e estão “cheias de pontes e mestiçagens”, “de portas abertas, de multiplicidade, de absorção, de reinvenções” (Serra, 2014:1), que materializam esse potencial do multilinguismo.

O multilinguismo pode servir também como lenitivo para o “défice democrático africano” provocado pela presença hegemónica da ELC, pela subsequente relegação das LA para segundo plano e menor valorização social dos cidadãos que as falam e desconhecem a ELC. Calvet (2001) expressa esse défice democrático da seguinte forma : “Chaque fois qu’un citoyen ne possède pas la langue de l’État, ne comprend pas la langue dans laquelle on peut le juger au tribunal et ne peut pas se défendre dans cette langue, ne parle pas ou parle imparfaitement la langue dans laquelle ses enfants sont scolarisés (...), la langue de la politique, de la vie publique, la démocratie est bafouée.” (citado por Bieger-Merkli, 2010 :85). Para Yerendé (2005:223), o investimento nas LA e sua presença académica, uma forma de alternativa ao “monolinguismo europeu”, constitui uma das melhores estratégias de luta contra a desvalorização dos africanos e suas sociedades.

1.2 – A língua do colonizador no tempo colonial

Como já referido, e apesar dos argumentos explanados no ponto anterior, a ELC é geralmente vista como um dos poucos fatores de unidade nacional nas jovens nações africanas. A sua introdução em África deu-se durante o período colonial pela mão das potências coloniais. Regra geral, era a língua privilegiada e a relação que mantinha com as LA variou consoante a potência colonial: a Grã-Bretanha, por exemplo, tolerava o uso destas no ensino, ao passo que Portugal e França levaram a cabo uma política de assimilação¹³, da qual o domínio das línguas portuguesa e francesa era o principal instrumento, e havia pouca tolerância para com as LA, consideradas como imperfeitas, promotoras do tribalismo e obstáculos à influência europeia.

A política educativa colonial teve sempre como principal desiderato o servir dos interesses do sistema colonial e a assimilação dos povos nativos à cultura portuguesa, com vista ao reconhecimento da sua superioridade por parte daqueles: “À la différence du colonialisme britannique avec son principe de l’indirect rule, l’État et l’Eglise portugais poursuivaient une politique d’assimilation qui visait à la propagation de la culture portugaise dans le colonies” (Leiste, 1989:62). A este respeito, teremos de fazer aqui menção ao general e político português Norton de Matos, Governador-Geral de Angola entre 1912 e 1915 e Alto-Comissário de Angola entre 1921 e 1923, uma vez que um dos seus mais altos desígnios para esta então província ultramarina portuguesa era a difusão da LP e a erradicação das LA: “para mim o essencial era o ensino da língua portuguesa. Serão sempre um tremendo obstáculo à Unidade Nacional nos nosso territórios de Além-mar milhões de homens a falarem línguas diferentes do português” (Norton de Matos, 1953:92).

Em 1912, aquando do início da sua atividade governativa, “tudo estava por fazer” ao nível educativo (Guimarães, 2006:35). Em 1921, Norton de Matos emitiu o Decreto n. 77, publicado no Boletim Oficial de Angola, n.º50, 1ª série, de 9 de

¹³ Após a instauração do Estado Novo, em 1933, era possível a qualquer negro ou mestiço ser reconhecido como assimilado e ter assim o mesmo estatuto legal que um europeu. Condições para tal: “ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia.” (Lemos 1941; Moreira 1955/1956, citados em Zau 2002:184). Contudo, tal estatuto era muito difícil de obter.

dezembro de 1921, que obrigava ao uso do português nas escolas das missões e proibia o ensino de qualquer LE (Artigo 1, alínea 4 deste Decreto)¹⁴ (Norton de Matos, 1953:98). As LA poderiam ser usadas na catequese, mas apenas em registo oral, nunca escrito (Artigo 3); em todas as outras situações, eram proibidas no ensino (Artigo 2). Através do seguinte excerto, podemos ver como a política assimilacionista se centrava na disseminação da LP e obliteração das LA:

“(...) segundo o meu modo de ver, o melhor caminho a seguir para transformar e assimilar os indígenas é ensinar-lhes antes de mais a falar o português. Nada me faria dar um passo para dotar as línguas indígenas de expressão escrita (...). Ao espalhar do português falado, seguir-se-ia ensinar a ler e a escrever esta língua e as línguas indígenas iriam desaparecendo rapidamente das províncias portuguesas de África”

(Norton de Matos, 1953:96)

Morais-Barbosa (1969:143), linguista português, defendia, igualmente, o ensino em LP para fomentar a coesão nacional e apontava a permissividade da Grã-Bretanha para com as LA como exemplo nefasto de desunião nacional, perigo de fragmentação e insurreição. E é exatamente devido a esse perigo de insurreição que autores como Bassegy (1999:34)¹⁵ e Chimbutane (2015:45)¹⁶ chamam a atenção para o facto de Portugal (ironicamente, ou talvez não) ter preconizado uma educação inferior para os africanos, uma vez que, caso estes aprofundassem os estudos e alcançassem uma alta proficiência na LP, poderiam começar a almejar a independência, à semelhança do Brasil, que se independentizou em 1822. Relativamente à veleidade de Norton de Matos de disseminar o português por todo o território angolano e de assimilar as populações nativas à cultura portuguesa, é irónico que, por um lado, houvesse a existência deste desígnio, mas que, por outro, não se tenham feito grandes esforços para estender a rede

¹⁴ A política educativa portuguesa não era só anti-LA, era também anti-francesa e anti-britânica: “The policy in the Portuguese-held colonies was initially decidedly anti-other European power, which meant anti-English and French. In 1903, the use of English was forbidden in Angolan schools, for example. But once the Portuguese had succeeded in arresting British and French influence, their policy became anti-African mother tongues.” (Goke-Pariola, 1993:35). Em 1950, o português tornou-se na única língua de instrução.

¹⁵ “The Portuguese established inferior education for Angola and Mozambique because they wanted different levels of development for the natives and the Portuguese nationals” (1999:34).

¹⁶ “O ensino oficial tinha como objectivo geral a preparação de uma elite educada que pudesse servir os interesses do Estado português (...). Em contraste, o ensino rudimentar visava equipar as populações locais com conhecimento *rudimentares* e valores portugueses. (...) O ensino rudimentar, quando comparado com o oficial, era menos ambicioso no que concerne ao tipo de cidadão que se pretendia forjar.” (2015:45)

escolar a todo o território, como forma de atingir esse objetivo, já para não falar na supramencionada qualidade inferior da educação destinada aos africanos.

Também, a introdução da escolarização em LP pelas missões religiosas não foi igual em todas as colónias portuguesas: no Brasil, por exemplo, verificou-se, a partir do século XVIII, a promoção do português em contexto escolar monolíngue, ao passo que em Angola e em Moçambique “houve uma cisão entre práticas escolares plurilingues e monolingues no século XIX” (Makoni e Severo 2013; Plécard 1998, citados em Severo 2014:15): as missões protestantes priorizavam as LA e, as católicas, a portuguesa. Nas colónias portuguesas de África, a primeira regulação formal relativa à LP em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau teve lugar em 1929, através do *Estatuto do Indigenato*, documento que propunha uma diferenciação racial entre indígenas e cidadãos considerados portugueses: o seu Artigo 1 fazia referência ao domínio da LP como condição *sine qua non* para não se cair na categoria de “indígena”¹⁷. De referir também, a título de curiosidade, que a resistência à LP foi maior em Moçambique do que em Angola, devido à forte presença do Islamismo naquele país (Gonçalves 2000, citada em Severo, 2014:17), o que ainda hoje se espelha no facto de a LP estar mais disseminada em Angola do que em Moçambique.

Finalmente, e já num registo diferente, de referir a famosa laudatória afirmação de Amílcar Cabral (1965) relativa à utilidade da LP, ao dizer que “o colonialismo não tem só coisas que não prestam (...). O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros” (citado em Ferreira, 1988:19), proferida por ocasião de uma exposição¹⁸ sobre cultura que fez a responsáveis do seu Partido. Cabral referia-se ao português como “aquele aspecto de cultura humana, científica, que porventura os tugas trouxeram para a nossa terra e entrou na nossa cabeça também” (1965, citado em Ferreira, 1988:19). Por outro lado, Mourão (2002:14), (Marchueta, 2003:81), Cardoso (2005:245) e Rosário (2015:26) ressaltam uma valência interessante da língua portuguesa na Guiné-Bissau e em Moçambique: demarcador identitário e cultural face aos vizinhos que os rodeiam.

1.3 – As línguas africanas no tempo colonial

¹⁷ *Estatuto do Indigenato* (1929), p. 60, citado em Severo, 2014:17.

¹⁸ Cabral, Amílcar (1976). “Resistência Cultural”. In *Textos políticos Amílcar Cabral*. Lisboa: MEIC.

No período colonial, alguns argumentos eram comumente usados como justificação para a limitação do uso das LA e sua preterição a favor do português, inglês e francês: economicamente não viáveis devido ao seu elevado número, línguas demográfica e geograficamente limitadas, com vocabulário limitado, e fomentadoras do “tribalismo” e desunião nacional (Prah, 2009:156).

As línguas nativas africanas eram – e ainda são – pejorativamente chamadas de “dialetos” ou de “vernacular”¹⁹ como forma de as diminuir enquanto línguas, o que era típico do discurso colonial. Inclusivamente, diz-se habitualmente que o dialeto é a língua do “perdedor”: línguas de elevado valor social são denominadas de “língua”, as outras de “dialeto”. Tal foi bem expressado pelo escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong’o (1993:31), ao dizer que “English, French and Portuguese came to the Third World to announce the arrival of the Bible and the sword”, ou seja, esse encontro linguístico não ocorreu em condições de paridade. Mazrui e Mazrui (1998:1) dizem, com ironia à mistura, que as línguas europeias foram para África incluídas no “*colonial cultural package*”. Barros (2002:36) fala na crise sociolinguística que tal provocou, em que se verifica “o desencontro permanente dos africanos com eles próprios.”

A falta de um sistema de escrita na maior parte das LA facilitou a imposição da ELC, mesmo após as independências africanas. África foi, assim, uma “presa fácil”, linguisticamente falando. A falta desse sistema de escrita “conspira” contra as LA num mundo eurocêntrico, onde a escrita ocupa um papel central na sociedade e na educação. Por conseguinte, as línguas europeias encontraram terreno fácil em África para prosperar. Mazrui e Mazrui (1998:3) chamam a atenção para o facto de não ter sido só a falta de sistema de escrita mas também a ausência de carácter expansionista do próprio continente africano que ditaram a sorte das LA: “Linguistically and otherwise, then, Africa not only became an easy prey of expansionist Europe, but its non-expansionism reduced the capacity of its own languages and cultures to resist the European linguistic penetration as well as to counter-penetrate other regions of the world.”

Norton de Matos, referido no ponto anterior, chegou mesmo a afirmar que a obliteração das LA, um desígnio seu, não lhe causava qualquer remorso, principalmente por as mesmas não possuírem sistema de escrita: “Pus-me a dar os primeiros passos para a realização do formidável projecto de se fazerem esquecer o mais rapidamente possível as línguas de Angola (...); e o facto de os bantu nunca terem aproveitado ou

¹⁹ Termo corrente na África anglófona.

inventado qualquer espécie de escrita (...) desviava deste propósito qualquer aspecto de destruição ou de injustiça.” (Norton de Matos, 1953:91). Esta veleidade irrealista e arrogante de Matos reflete bem a postura colonial face às LA.

Estas eram também vistas como línguas incompletas, às quais faltava o léxico técnico-científico presente nas línguas europeias. Mateene (1980) observa pertinentemente que as línguas africanas estão subdesenvolvidas a este nível porque não têm sido usadas nestes domínios: “These languages are poor because we do not want to enrich them, by not wanting to use them in certain fields such as education and translation, which are all factors of language enrichment and development” (citado em Roy-Campbell, 2003:86). Com vista à desejada valorização destas línguas, Roy-Campbell advoga que se trata de reconhecer que nenhuma língua é inerentemente inferior ou incompleta e que qualquer uma tem a capacidade de suprir as necessidades comunicativas dos seus falantes. Algumas formas linguísticas podem ser mais desenvolvidas do que outras, mas isso diz-nos mais acerca dos usos que lhes têm sido dados do que do valor intrínseco dessas línguas ou dos povos que a falam.

Em África, aqueles que não falavam português, francês ou inglês eram vistos como menos aptos e educados, sendo o seu conhecimento e cultura desvalorizados²⁰. Os bilingues até podiam ser algo admirados e invejados, mas o seu conhecimento linguístico não era verdadeiramente valorizado. Estas constatações ainda continuam válidas nos dias de hoje, constituindo uma herança colonial, como observa a investigadora Luena Pereira, num exemplo referente a Angola:

“a desvalorização empreendida pelo poder colonial sobre as línguas nativas provocou um sentimento de auto-desvalorização dessas línguas, que até hoje se faz sentir em certas camadas da população, em especial as de urbanização mais antiga. Elas carregam uma visão da língua materna como inferior, que não vale a pena ser falada ou aprendida.”

(Pereira, 2005:127)

Apesar de tudo, as LA resistiram ao colonialismo: “Remarkably, these languages have developed despite all the odds set against them by the historical experience of the

²⁰ Como exemplo da desvalorização de todo o tipo de conhecimento não europeu, o geógrafo Orlando Ribeiro (1975:88) observou, referindo-se ao Moçambique colonial, que “a incompreensão da vida «indígena» chega a assumir formas de escandalosa estupidez: as estatísticas oficiais consideram «analfabetos» todos os muçulmanos que sabem ler e escrever o alfabeto árabe”.

plantation, the colony, and the neocolony. This in itself is a great act of resistance and creative survival. Languages meant to die have simply refused to die” (wa Thiong’o, 2003:xi).

1.4 – A diglossia africana

Em sociolinguística, sabe-se há muito que a utilização da língua reflete as relações de poder existentes numa dada sociedade. Tradicionalmente, numa situação de dominação e desigualdade, como numa situação colonial, por exemplo, há uma língua ou formas linguísticas que surgem como dominantes, ao passo que outras são eliminadas ou subalternizadas. O sociolinguista americano Charles Ferguson estabeleceu, em 1959, o conceito de *diglossia*²¹, a qual se manifestaria quando duas variedades da mesma língua coexistem numa comunidade e ocupam funções desiguais, as chamadas língua alta (“*high-language*”) e língua baixa (“*low-language*”): a primeira, com prestígio, é utilizada em funções governamentais, educativas, judiciais e científicas; a segunda, sem ele, preenche funções comunitárias e familiares. Contudo, alguns anos mais tarde, em 1967, o linguista Joshua Fishman²² estendeu o conceito de diglossia ao uso de línguas diferentes, em que uma consiste na variedade *alta* e a outra na variedade *baixa*. Ou seja, Fishman referia-se à típica situação em que duas línguas gozam de posições hierárquicas diferentes na sociedade (por exemplo, realizou estudos no Paraguai, onde demonstrou haver desigualdade sociocultural entre o guarani e o espanhol). Se aplicarmos este conceito a uma situação onde coexistam duas ou mais línguas diferentes, podemos chegar à distinção “qui se fait sentir dans des pays en voie de développement, entre la langue de l’ancienne métropole et les langues autochtones” (Leiste, 1989:56). Sendo assim, qual é então a diferença entre diglossia e bilinguismo? A diferença é que a primeira se verifica numa situação pautada pela desigualdade social entre duas línguas, ao passo que o segundo remete para uma situação de paridade entre as línguas, podendo ter carácter individual ou social. Fishman considerava então a diglossia como um fenómeno social, ao passo que o bilinguismo é mormente de natureza individual.

²¹ Em 1959, Ferguson escreve *Diglossia* e investiga algumas situações sociolinguísticas, nomeadamente no Haiti (Bieger-Merkli, 2010).

²² Fishman, Joshua (1967). “Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism”. In *Journal of Social Issues*. 23 (2), pp. 29–38. Disponível em <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00573.x>

Calvet (1999:47) chama a atenção para a existência, em África, de um tipo de diglossia denominada de “incorporada”²³ (“*diglossie echassée*”): “diglossies imbriquées les unes dans les autres, que l’on rencontre fréquemment dans les pays récemment décolonisés”. Desta forma, encontramos situações de diglossia como entre o português-quimbundo, inglês-suaíli, francês-bambara, etc. Porém, o suaíli, por exemplo, por ser uma língua de grande dimensão, é ele próprio a variedade alta face a outras LA: estamos então perante uma situação de diglossia incorporada. Devido à presença de hierarquias diferentes entre as LA e entre estas e a ELC, a situação diglósica africana é, de facto, particular e mais complexa do que a verificada noutras partes do mundo²⁴.

Um fenómeno amiúde verificado em África, muito devido a essa situação diglósica (sobretudo incorporada), é a variação no número de línguas que os falantes aprendem, consoante o prestígio social da sua L1; isto é, quem fala línguas minoritárias tende a aprender outras línguas – duas, três ou quatro línguas –, enquanto que quem fala línguas dominantes é geralmente monolíngue ou bilingue. Em suma, os falantes das línguas mais débeis sentem-se impelidos a aprender a língua forte, mas o contrário não se verifica geralmente²⁵. Siguan (1996:119) observa que as línguas mais débeis não desaparecem facilmente, apesar da pressão exercida pela(s) língua(s) mais forte(s): “O processo é, no entanto, mais lento e complexo do que pode parecer à primeira vista. A língua que se adquire na primeira infância no seio da família costuma manter-se como língua própria e pessoal ao longo da vida, mesmo se se adquirirem outras com mais prestígio social.”

Por último, pensamos ser pertinente discernir que não é problemática a existência, numa dada sociedade, de diferentes línguas; o problema reside sim na hierarquização entre elas. Uma política linguística bem delineada poderá possibilitar a convivência pacífica entre todas as línguas num mesmo território e, desta forma, evitar o enfraquecimento e desaparecimento de determinadas línguas face à pressão hegemónica de outra(s). Contudo, temos de reconhecer que formular uma política

²³ Tradução nossa.

²⁴ Matsinhe (2005:141) diz mesmo que Moçambique, por exemplo, poderá estar a caminhar para uma situação de triglossia: o português como LO, o inglês como língua de negócios e as LA como línguas das massas.

²⁵ Em jeito de clarificação, tomemos o baiote, uma língua guineense com poucos falantes, como exemplo: os falantes desta língua, quando se trata de aprender uma outra, elegem geralmente o crioulo guineense e/ou o felupe, a língua de proximidade mais expressiva, sendo que regra geral os falantes de felupe não aprendem – e não compreendem – o baiote. Assim, a língua baiote perde falantes para o crioulo ou para o felupe (e não para o português). Trata-se portanto de uma situação de diglossia incorporada.

linguística equitativa, num país plurilíngue, não é tarefa fácil, pois pressupõe alocar determinadas funções às diversas línguas, o que poderá levar ao surgimento de conflitos e discordâncias.

CAPÍTULO II

O CRESCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA

2.1 – Projeções de crescimento populacional e linguístico

Como introdução a este capítulo, gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte vaticínio de Heine, proferido em 1992, relativo à situação da ELC em África: “There is every reason to believe that by the end of this millennium the majority of people will still be ignorant of their respective national official language, be it English, French or Portuguese.” (1992:28). Volvidos 26 anos, podemos concluir que Heine se enganou na sua previsão. Na África lusófona, o português começou, surpreendentemente à primeira vista, a ser mais falado após a independência destes países, devido em grande parte às campanhas de alfabetização, ao alargamento da rede escolar e ao oneroso investimento de ter as LA no ensino, preteridas assim a favor do português, atingindo hoje níveis de disseminação nunca vistos em tempo colonial²⁶. Em Angola, por exemplo, a guerra civil, mais intensa no interior do país, levou a uma migração forçada das populações para as cidades, onde a adoção da LP foi necessária para a sua adaptação a este novo meio. Manuel Ferreira (1988:28) observou mesmo que “o esforço que estes países têm posto na escolaridade da língua portuguesa ultrapassa tudo quanto se poderia pensar em 1975 ou mesmo nos anos seguintes.” Ironicamente, podemos dizer que as independências africanas fizeram mais pela LP em África do que os vários séculos de colonização (ainda que a ocupação efetiva das colónias africanas só se tenha verificado após as exigências da Conferência de Berlim²⁷). Depreendemos que

²⁶ Contrastando com a disseminação do português no período pós-colonial, Oliveira (2016:32), citando Meneses (2009), dá-nos conta de um interessante facto ocorrido no tempo colonial e que impediu a aquisição desta língua em larga escala: o governo colonial lucrava em manter as populações no estatuto de “indígenas”, para o qual não falar português era indispensável: “os indígenas de colónias como Angola ou Moçambique tinham que pagar um imposto para o governo português, com dinheiro que normalmente apenas podiam obter trabalhando para os fazendeiros brancos, através do qual funcionava, na prática, a exploração do trabalho colonial.”

²⁷ De facto, é um lugar-comum dizer que África teve 500 anos de colonização portuguesa, o que não corresponde inteiramente à verdade. Se o Brasil foi colónia de povoamento praticamente desde o início da colonização, o mesmo não se pode dizer das colónias africanas, as quais foram inicialmente colónias de exploração (à exceção das colónias insulares). A título de exemplo, o escritor Luís Bernardo Honwana (2015:10) diz-nos, relativamente a Moçambique, que “a administração portuguesa do território moçambicano teve, pelos melhores cálculos, uma duração de cerca de oitenta anos”, tendo ocorrido após a Conferência de Berlim e por força de campanhas de pacificação. Também Matsinhe (2005:119), citando Mondlane (1969), relembra que, apesar de os portugueses terem chegado a Moçambique em 1498, a

o mesmo se passe nas Áfricas anglófona e francófona, dependendo também da existência ou não de LA de grande dimensão nestes territórios, o que não acontece em Angola e Moçambique, como adiante veremos.

As projeções de crescimento da LP em África advêm sobretudo das altas projeções de crescimento populacional para os PALOP, nomeadamente para Moçambique e Angola, que foram publicadas pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015²⁸, com uma revisão em 2017²⁹. Uma vez que o centro de falantes do português se encontra atualmente no Brasil, e tendo em conta que este trabalho se debruça sobre o crescimento desta língua em África, as projeções relevantes para a nossa análise recaem sobre os PALOP e o Brasil:

Tabela 1: Projeções demográficas da ONU, realizadas em 2015 e 2017 para os PALOP e o Brasil.

	Previsão de 2015			Revisão de 2017		
	2015	2050	2100	2015	2050	2100
Angola	25.022	65.473	138.738	29.784	76.046	172.861
Cabo Verde	521	707	680	546	734	713
Guiné-Bissau	1.844	3.564	5.489	1.861	3.603	5.901
Moçambique	27.978	65.544	127.648	29.669	67.775	135.047
São Tomé e Príncipe	190	353	538	204	380	607
Brasil	207.848	238.270	200.305	209.288	232.688	190.423

Fonte: ONU (2015; 2017)

Segundo estes números, o total de habitantes nos PALOP e no Brasil, em 2015, segundo a previsão do mesmo ano, é de 263,403 milhões de habitantes, ao passo que a

administração efetiva deste território e subsequente povoamento começaram apenas no início do século XX.

²⁸ Projeções disponíveis aqui:

https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/World_Population_2015_Wallchart.pdf

²⁹ A revisão de 2017 encontra-se disponível aqui:

https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_Wallchart.pdf

previsão do mesmo ano para 2100 totaliza 473,398 milhões de habitantes. Segundo a revisão de 2017, a previsão para o ano de 2100 é de 505,552 milhões de habitantes. Se estas previsões se concretizarem, o número de falantes de português quase duplicará.

Relativamente aos dados para 2015, tendo em conta que nem todos os habitantes dos PALOP falam português, podemos inferir que os dados demográficos e demolinguísticos não coincidirão na totalidade; contudo, com as taxas de crescimento de falantes da LP verificadas nestes países, é de prever que estes dois tipos de dados já possam coincidir em 2100, senão, vejamos: em Angola e Moçambique verificam-se taxas altas de urbanização (sendo o português uma língua muito mais urbana do que rural), assim como um acesso crescente aos meios de comunicação, incluindo a Internet, o que faz aumentar o contacto com a LO. A manter-se esta tendência no futuro, “podemos postular que em 2100 os dados demográficos poderão ser lidos com propriedade como dados demolinguísticos e que portanto a população do país tenderá a coincidir com o número dos falantes de português.” (Oliveira, 2016:32).

Quanto ao equilíbrio de falantes entre Angola e Moçambique e o Brasil, se estas projeções se verificarem, Angola e Moçambique totalizarão cerca de 266 milhões de habitantes em 2100 (previsão de 2015), o que ultrapassará os 200 305 milhões de habitantes estimados para o Brasil em período homólogo. Tal acarretará uma deslocalização do centro de falantes do Brasil para África. Tendo em conta estas projeções de crescimento demográfico para estes dois países africanos, impõe-se disponibilizar alguma informação sobre o número de falantes de LP nos mesmos.

2.1.1 – Número de falantes de português em Moçambique

Para Moçambique, não dispomos de estatísticas muito recentes. Contudo, pensamos que a seguinte tabela, que compreende informação de 1980 a 2007, é elucidativa da evolução da LP neste país:

Tabela 2: Distribuição percentual das L1, em Moçambique, em 1980, 1997 e 2007.

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Línguas bantu	98,9	93,5	85,2

Português L1	1,2	6,5	10,7
Português L2	23,2	33,0	39,7
Português L1 e L2	24,4	39,5	50,4

Fonte: Gonçalves (2012) e Chimbutane (2015:40).

Esta tabela mostra-nos que as línguas bantu como L1 foram predominantes em Moçambique até 1980, situação que se começa a alterar a partir desse ano, tendo diminuído cerca de 13% até 2007. Ao contrário, ao longo destes 27 anos, o número de falantes de português como L1 quase decuplicou e o número de falantes desta língua como L2 aumentou cerca de 16,5%, ao passo que o conjunto das duas categorias duplicou. É na faixa etária dos 5 aos 24 anos que encontramos a maior parte dos falantes de português como L1³⁰ (Chimbutane, 2015:39). Finalmente, cerca de 40 % da população moçambicana é atualmente bilingue e, no seu conjunto, os falantes de português como L1 e L2 representam mais de metade da população.

Este acentuado crescimento do português em Moçambique não será certamente alheio ao aumento da rede escolar e à implantação desta língua em meios urbanos. Gonçalves (2004) e Chimbutane (2015:40) dão igualmente conta de um interessante facto que contribuiu para o crescimento do português: é cada vez mais usado em contextos informais. Oliveira (2016) prevê que, devido a esta tendência de crescimento, “toda a população moçambicana falará a língua dentro dos próximos 30 a 40 anos como língua segunda e uma parcela expressiva da população também como materna.” De igual forma, Oliveira (2016) volta a observar que “esta tendência é um indicativo que os dados demográficos e os dados demolinguísticos tendem a convergir no futuro, isto é, que poderemos usar os dados de população com alguma segurança para a análise do número de falantes da língua.”

No que respeita às línguas bantu faladas no país como L1³¹, tínhamos, em 2007, a seguinte situação para as mais expressivas em número de falantes: macua (25,3%),

³⁰ Chimbutane (2015:40) fornece-nos um outro interessante dado: “Nos Censos de 2007, do total de falantes de português como L1, 77,2% viviam em zonas urbanas, ao passo que só 22,8% eram de zonas rurais”. Todavia, tendo em conta que é o português como L1 que está em causa, consideramos a percentagem de 22,8% surpreendentemente alta tratando-se de zonas rurais.

³¹ Gonçalves (2015:159) chama-nos a atenção para um importante pormenor geralmente não focado aquando da análise de estatísticas linguísticas: a necessidade de aferir a fluência dos falantes nas línguas

changana (10,3%), lomué (7,0%), sena (7,5%), chuabo (5,0%); outras línguas bantu (32,7%) (Chimbutane, 2015:39). Desta forma, uma característica que salta à vista na paisagem linguística moçambicana é a ausência de línguas africanas de grande dimensão, isto é, com muitos falantes ou que cubram grandes extensões territoriais. Mesmo o macua, falado por 25,3% da população, está concentrado mormente na província de Nampula. Ou seja, nenhuma delas pode servir como língua de comunicação alargada.

2.1.2 – Número de falantes de português em Angola

Contrariamente aos números relativos a Moçambique, para Angola dispomos de números recentes, disponibilizados por dados censitários referentes ao ano de 2014³². Por conseguinte, as línguas mais faladas em Angola distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 3: línguas mais faladas em Angola (contexto familiar)

Português	71,5%
Umbundo	22,96%
Kikongo	8,24%
Kimbundo	7,82%
Chokwe	6,54%
Nhaneca	3,42%

bantu como L1. Assim, assume-se que todos esses falantes têm uma proficiência plena e similar na sua L1. Tal poderia ser verdade aquando dos censos de 1980; contudo, “com o incremento do contacto com o Português, esta situação alterou-se profundamente.” Ou seja, se 85.2% da população tem uma língua bantu como L1, é importante não assumir esta percentagem como uma comunidade homogénea. Sabe-se que nem todos dominam a L1 bantu da mesma forma e que existe um “*continuum* de variação relativamente amplo, que os dados estatísticos não permitem captar”. Se os moçambicanos que adquirem as suas L1 num contexto rural apresentam um domínio pleno (ou quase) das mesmas, “o mesmo não acontece com os falantes bilingues, que falam Português como língua não materna, sobretudo os mais escolarizados e que vivem em meio urbano. Estes falantes constituem uma evidência do fenómeno de “erosão” ou de perda linguística parcial (...): em muitos casos, além de não saberem ler nem escrever na sua língua materna bantu, estes falantes apenas compreendem os enunciados orais nestas línguas, mas têm dificuldades ao nível da produção oral.” Esta matéria é relevante e não é referida pela maior parte dos autores que estudam a questão linguística em África, referindo-se aos falantes de L1 bantu como falantes de plena fluência nas mesmas. Consideramos que se trata de um tópico de investigação a aprofundar.

³² Constituem os *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*, da autoria do Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano e publicados em 2016.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2016.

Tendo em conta que está em causa um ambiente informal (a língua falada em casa), o português, na sua qualidade de ELC, surge com números invulgarmente elevados para o que seria de esperar num país africano. É assim falado por mais de metade da população angolana (71,5%, cerca de 18 milhões de pessoas), “com maior predominância nas áreas urbanas onde 85% da população fala a língua portuguesa enquanto que somente 49% na área rural” (INE Angola, 2016:51)³³. Este censo disponibiliza também estatísticas sobre o número de falantes por faixa etária, nas zonas rurais e urbanas. O português só é ultrapassado pelo umbundo nas zonas rurais e a partir da faixa etária 75-79 anos (INE Angola, 2016:100) (ver Anexo C, p. 82). De facto, tal aponta para algo incomum em África: a existência da ELC como L1 em faixas etárias mais avançadas. Noutros países africanos, haverá certamente pessoas nestas faixas etárias com proficiência de L2/LE na ELC, mas ela geralmente não é L1³⁴. Gostaríamos de salientar o facto de não ser discriminado, neste censo, se os números se referem à LP como L1 ou L2. Assim, não é claro se a percentagem de 71,5% de falantes de português se refere a L1 ou a L2.

Relativamente ao número de falantes de português em Angola, existem algumas observações que consideramos importante fazer, uma vez que neste país parecem então existir algumas particularidades linguísticas, ligadas à LP, que parecem distingui-lo dos restantes países africanos. Assim, gostaríamos de começar por referir Bieger-Merkli (2010:109), com a seguinte afirmação, referindo-se aos PALOP: “la majorité des populations des cinq pays d’Afrique ne parle pas le portugais.” Tendo proferido estas afirmações há apenas alguns anos (2010), Bieger-Merkli revela desconhecer a realidade linguística angolana (e não só)³⁵. Assim, já oito anos antes, Hodges (2002:46)

³³ É comum a ideia de que, em África, é difícil elaborar estatísticas credíveis e os números de falantes de português aqui apresentados são, de facto, bastante elevados. Não obstante, não nos cabe nesta dissertação aferir a fiabilidade deste censo (nem nos seria possível fazê-lo). Podemos, no entanto, indicar alguns autores, referidos neste capítulo (Hodges, 2002; Pereira, 2005; Ntondo, 2010; Adriano, 2014; Daniel, 2017), que chegaram a conclusões consentâneas com os números avançados por este censo populacional. Apontamos apenas o facto de este não discriminar entre o português como L1 ou L2.

³⁴ Como informação complementar, podemos também referir Adriano (2014:65), que levou a cabo um estudo, em 2014, com professores angolanos de língua portuguesa da província da Huíla, com idades compreendidas entre os 22 e os 52 anos, e constatou que 60% tinha o português como língua materna (atente-se o facto de tal se referir a uma outra província que não Luanda).

³⁵ Pensamos ser relevante mencionar que Bieger-Merkli realizou trabalho de campo em Moçambique mas não em Angola. Este seu trabalho pode ser consultado em *La Communauté des Pays de Langue*

reconheceu que nunca uma língua europeia se disseminou tanto em África como o português em Angola: “Em nenhum outro país de África, à parte alguns Estados insulares, uma língua europeia ganhou tal proeminência entre as massas populacionais”, referindo também que “actualmente, é comum encontrar jovens angolanos, sobretudo em Luanda, que não falam nenhuma língua africana – uma situação sem paralelo na África Subsariana” (2002:47). Será então Angola o país africano mais ligado à ELC? Ntongo (2010:216) alinha pelo mesmo diapasão ao dizer que “Angola destaca-se com uma situação singular em África, dada a disseminação da língua portuguesa, outrora língua da colonização, entre as populações, ao ponto de haver uma boa parte delas que apenas se reconhecem nela como a única língua.”³⁶ Ademais, Bieger-Merkli não especifica se essa suposta baixa percentagem de falantes se refere ao português como L1, L2 ou LE. Aliás, ao longo da nossa pesquisa, verificámos que equívocos ou dados contraditórios sobre a situação do português em África são comuns. Houve já alguns autores que mencionaram a falta de fiabilidade ou as contradições presentes nos dados censitários linguísticos relativos a África (Herbert, 1992; Leiste, 1989:58³⁷).

Portugaise – Un espace interculturel de coopération basé sur la langue? (2010). Paris: L’Harmattan. Também, esta afirmação só corresponderia inteiramente à verdade relativamente à Guiné-Bissau, país onde a maior parte da população não conhece (ou conhece mal) a LP (ainda assim, relativamente a este país, consideramos interessante referir que o crescimento do crioulo guineense, por ser de base portuguesa, pode eventualmente promover uma (re)aproximação do povo guineense à LP, o que vemos como um interessante campo de investigação futura). Relativamente a Moçambique, perante os dados já apresentados, vemos que o português se encontra em expansão e é efetivamente usado por um a parte da população, ainda que esteja menos disseminado do que em Angola. No que respeita a Cabo Verde, as taxas de alfabetização são altas (ver Anexo A, p.79) e a mesma é feita em português, ainda que, provavelmente, os professores cabo-verdianos recorram por vezes ao crioulo durante as aulas. Também, as relações entre Cabo Verde e Portugal sempre foram próximas e existe uma grande comunidade cabo-verdiana em Portugal. Por todos estes fatores, não é provável que a LP seja desconhecida da maior parte dos cabo-verdianos. O português não é a língua que os cabo-verdianos falam espontaneamente, mas será provavelmente uma língua que a maior parte da população cabo-verdiana consegue usar quando necessário (havendo provavelmente uma variação considerável nos níveis de fluência). Finalmente, São Tomé e Príncipe tem um crioulo dominante (o forro), à semelhança de Cabo Verde; não obstante, o contexto linguístico são-tomense não é semelhante ao cabo-verdiano, sendo que o português é efetivamente falado neste país, de forma espontânea, a par do forro, e também como L1 (Pontífice, 2002:55), começando o forro a perder vitalidade linguística entre as novas gerações. Em suma, a ideia de que não se fala português nos PALOP é algo comum, mas, de facto, parece não corresponder à realidade (sem negar, obviamente, a existência das línguas locais) e não sendo apenas a “língua da elite”.

³⁶ Pereira (2005:128) refere também um interessante facto: aquando do final da guerra civil angolana, houve angolanos bacongo que, refugiados no então Zaire, e que, entretanto, tinham adotado o lingala como língua, regressaram a Luanda, encontrando o português como língua dominante ao invés das línguas nativas, situação que não compreendiam. Por seu lado, os luandenses olhavam estes angolanos *regressados* com desconfiança, não os considerando como verdadeiros angolanos, pois “nem falam o português”. A LP era assim vista como um “demarcador da nacionalidade e de <angolanidade>” (2005:128).

³⁷ Leiste dá conta desta questão dizendo que “Il faut savoir que les informations sur la situation linguistique dans les pays africains sont souvent fragmentaires, divergentes et parfois même contradictoires.” (1989:58), algo em que também reparámos, portanto.

Ainda sobre a situação da LP em Angola, gostaríamos também de chamar a atenção para um estudo levado a cabo por Daniel (2017) e que consideramos relevante mencionar neste capítulo. Este estudo, levado a cabo em 2017, englobou 100 alunos e quatro professores de uma escola pública de Luanda e pretendia responder a questões como “qual a língua mais falada em Luanda?” ou “o português é maioritariamente falado em contexto de LM, L2 ou LE?”. Desta forma, concluiu que 91% dos inquiridos tinha o português como L1 (p.57), mesmo dentre os informantes não originários de Luanda: “percebemos que nos informantes nascidos fora de Luanda há muita incidência de, também nas províncias, ser grande o número de FPLM (Falantes de Português Língua Materna) e, conseqüentemente, o decréscimo do número de FPLNM (falantes de Português Língua Não Materna).” (p.51). Daniel observa assim que os números que obteve no seu estudo vão ao encontro dos apresentados no supramencionado recenseamento geral da população: “Podemos aferir que os FPLM (falantes do Português Língua Materna) chegaram a uma percentagem de 91%, um número condicente com os dados apontados pelo INE (2014), segundo os quais a língua mais falada em Angola é o Português, seguido do Umbundo” (p.57). Este estudo levado a cabo por Daniel discriminou assim entre português como L1 e L2, ao contrário dos dados apresentados pelos recenseamento geral da população de 2014. De facto, não existem, aparentemente, números oficiais concretos da percentagem de falantes da LP como L1 em Angola³⁸, facto que também foi observado por Adriano (2014:64); existem sim estudos desta natureza feitos com alunos de escolas de Luanda (mas também de outras províncias) que concluíram que a LP acaba por ser a L1 da maior parte dos alunos (Adriano, 2014; Daniel, 2017; Filipe 2012, citado em Daniel, 2017).

Finalmente, perante estes dados que dão conta da intensa disseminação da LP em Angola, gostaríamos ainda de mencionar que, devido a isso, alguns defendem que talvez seja esta a verdadeira língua nacional deste país³⁹ (epíteto que é geralmente

³⁸ Em 2010, o Observatório do Algarve entrevistou o escritor angolano Pepetela, que, a uma pergunta sobre a situação da LP em Angola, respondeu da seguinte forma: “Como língua materna, já ultrapassou todas as outras”. Acrescentou que o português é “dominado por mais de 90 por cento dos angolanos, embora uns se expressem melhor que outros.” Contudo, o escritor não revela a fonte dos números que avança. Entrevista disponível aqui: <https://cidadanialusofona.wordpress.com/2010/04/30/em-angola-portugues-e-a-lingua-da-nacionalidade%E2%80%9D-diz-pepetela/>

³⁹ A título de curiosidade, podemos mencionar o III Simpósio sobre Cultura Nacional, que teve lugar a 16 de setembro de 2006 na capital angolana. Neste evento, o então presidente angolano, José Eduardo dos Santos, referiu-se ao português como sendo a língua nacional de Angola, facto que surpreendeu alguns investigadores estrangeiros, dentre eles, David Birmingham: “to the surprise of foreigners such as myself, he said ‘our national language is Portuguese’. African vernaculars are not ‘national’ languages in the eyes

atribuído às LA), uma vez que conta com muitos falantes de L1/L2 e cobre uma extensão territorial maior do que qualquer outra língua presente em Angola. Desta forma, autores como Kâmbwa (2002:106-107), Zau (2002:183) e Adriano (2014:68-69) questionam se não deverá a LP ser também incluída no grupo das línguas nacionais angolanas: “é legítimo perguntar se não seria mais honesto (...) integrá-la plenamente no circuito geral de todas as nossas línguas, tornando-se verdadeiramente, de facto e de direito, uma das nossas línguas nacionais.” (Kâmbwa:2002:107).

2.2 – Aspetos conexos ao crescimento da língua portuguesa em África: impacto nas línguas africanas, lusofonia e CPLP

Consideramos pertinente chamar a atenção para algumas questões adjacentes ao aumento do número de falantes de português no continente africano. Desta forma, como já referido, sem a presença de LA de grande dimensão, a ELC tem, de facto, mais hipóteses de se disseminar e, inclusive, de se tornar L1, em grande parte devido às altas taxas de urbanização verificadas em África. Caso surja uma forma nativizada da ELC⁴⁰, então a sua posição fortalecer-se-á ainda mais enquanto L1, LdE e LO, o que poderá colocar as LA nunca posição ainda mais desvantajosa, uma vez que será mais improvável a adoção de políticas linguísticas que as catapultem para funções sociais importantes.

Posto isto, o acentuado crescimento da LP em Angola e Moçambique constitui boas notícias para esta língua e para o mundo lusófono. O dinamismo que se sente no continente africano gera assim um certo entusiasmo pelo português. Não obstante, há um lado menos positivo de tal facto que geralmente não é contemplado nos discursos algo inflamados sobre este assunto, que vieram a público sobretudo aquando da publicação das projeções demográficas da ONU. Pensamos que é de toda a justiça que tal seja referido neste trabalho. Trata-se do enfraquecimento – ou até da extinção – das LA devido à pressão hegemónica do português, que cresce como L1, o que significa que haverá cada vez menos crianças a adquiri-las como L1. Ora, quando uma língua deixa de ser transmitida às novas gerações e não é usada no ensino fica votada à extinção. Por conseguinte, em África, o sucesso do português – assim como do francês e do inglês – será sempre feito à custa das LA, do seu enfraquecimento e, até, da sua morte. E, vista

of the head of the state.” (Birmingham, 2012:217). Na mesma senda, Adriano (2014:73-74) observa que “já se avançam pronunciamentos segundo os quais o português é a língua nacional de Angola”.

⁴⁰ Este assunto será tratado mais aprofundadamente no capítulo III desta dissertação, onde o PTAO e o PTMZ estarão em foco.

desta perspectiva, a verdade é que a ideia romântica do crescimento do português em África se desvanece de certa forma. Assim, países que sempre foram plurilíngues caminham para um monolinguismo desolador, sob a pressão hegemónica do português – única LO e, portanto, a única com valor político e institucional. Em Angola, as línguas do grupo khoisan contam já com muito poucos falantes e não será difícil deprender que as línguas do grupo bantu estão a perder vitalidade linguística. Voltamos a reiterar que este assunto não é geralmente abordado. Recordando a já mencionada veleidade racista de Norton de Matos de eliminar as línguas africanas em Angola, Adriano (2014:74) observa, pertinentemente, que, tendo em conta a falta de promoção das LA, estamos perante uma política linguística que “mesmo numa situação política diferente, segue os mesmos ideais que os de Norton de Matos”.

Uma outra questão digna de nota é a promoção da LP pelos PALOP, que alguns parecem assumir como um “desígnio natural” destes países. A cumprirem-se as projeções da ONU, Angola e Moçambique poderão constituir “pesos-pesados” em África e querer aumentar a sua influência neste continente. Assim, como relembra Martinho (2005:2), “o impacto regional que países como Angola, Cabo Verde e Moçambique podem ter no domínio da expansão da língua é outra questão que não pode ser ignorada. O seu peso e autoridade políticos são garante de equilíbrios que justificam o seu valor nas regiões geo-estratégicas em que se incluem”. O mesmo defendem Esperança, Gulamhussen, Machado, Costa e Reto (2012:24), lembrando que os PALOP “estão a ter cada vez mais influência no continente africano, seja como exemplo de boa governação e de placa giratória – como é o caso de Cabo Verde –, seja pela influência do seu peso económico, com destaque para Angola, ou da sua dimensão geográfica e populacional, como é o caso de Moçambique”. Contudo, pensamos ser importante que nos coloquemos a seguinte questão: é a promoção da LP um desígnio dos PALOP? Constituirá isso um objetivo das suas respetivas políticas externas? À primeira vista, parece-nos que a resposta a esta pergunta é negativa. Bieger-Merkli (2010:246) diz que o engajamento dos PALOP face à CPLP é mais renitente do que o do Brasil e de Portugal, sobretudo quando se trata de promover a LP: “Ayant des besoins immédiats, les PALOP ne s’intéressent guère à la question linguistique. Pour eux, il s’agit plutôt de diversifier, à travers la CPLP, les partenaires internationaux.”. Pelo mesmo diapasão alinha Rosário (2015:28): “Nas organizações internacionais onde a língua portuguesa é língua de trabalho, nomeadamente na União Africana (UA) e na SADC [Comunidade de

Desenvolvimento da África Austral], para citar apenas estas duas, nota-se uma total falta de agressividade dos nossos representantes nestes *fora*, de modo a colocar a língua portuguesa a par das outras línguas de trabalho destas mesmas organizações”⁴¹. Cabo Verde, país que, ironicamente, não tem o português como língua nacional, parece querer contrariar esta tendência⁴². Assim, uma notícia avançada pela ONU News⁴³, a 4 de junho de 2012, dava conta da vontade deste país de promover o português na rede de parlamentos em África. Mais propriamente, o deputado cabo-verdiano José Sanches mostrou vontade de querer contribuir para a presença do português como língua oficial na rede de parlamentares de todo o mundo, tendo Cabo Verde “na liderança de um movimento que inspire deputados dos PALOP a abordar questões sobre o continente e o idioma” (ONU News, 2012). Os PALOP (apesar da sua natureza plurilíngue), ao preocupar-se com as questões ligadas à promoção da LP, estarão na verdade a tomar parte no destino da sua própria LO.

Ao nível da CPLP, relações igualitárias entre os seus membros devem ser fomentadas, reconhecendo a diversidade linguística e cultural que os PALOP a ela trouxeram, nomeadamente através da sua apropriação e criouliização da LP, refazendo, transformando e enriquecendo a lusofonia. Impõe-se fazer aqui referência às populações que, em Angola, Moçambique ou na Guiné, não utilizam a LP. Terão elas de ser excluídas da lusofonia? Será a literatura angolana escrita em umbundo, lusófona? Ou a literatura moçambicana escrita em changana, lusófona? À primeira vista, a resposta a esta pergunta seria negativa. Contudo, rejeitar comunidades não é um bom ensejo para levar a bom porto o projeto lusófono. Estas populações poderiam ser integradas na lusofonia através, por exemplo, do incentivo à aprendizagem das suas línguas, ao invés da imposição exclusiva da LP, até porque esta também está imbricada com as línguas nacionais moçambicanas e angolanas. Assim, integrar estas populações no projeto lusófono seria uma forma de lhe dar mais consistência, palpabilidade e de o aproximar das pessoas, tal como também concluiu Cardoso (2005:248): “A expansão da língua portuguesa será porventura tanto mais real quanto mais actividades descentralizadas se

⁴¹ Rosário (2015:28) refere inclusive a má qualidade, na UA, da tradução e interpretação ao nível do português, fruto da falta de atualização e formação do grupo de tradução e interpretação para esta língua. De facto, ao consultarmos a página eletrónica oficial da UA, não surge sequer uma versão em português, apenas as versões inglesa, árabe e francesa. Disponível em <https://au.int/>.

⁴² Cabo Verde é tido como um dos países mais bem integrados e entusiastas da lusofonia. Assim, o Estatuto de Cidadão Lusófono, atualmente em discussão na CPLP, só é uma realidade neste país, que o instituiu em 1997 e que confere direitos significativos aos cidadãos dos outros Estados da CPLP (Vd. Lei n.º 36/V/97. Texto disponível aqui: <http://www.parlamento.cv/GDLeisRepublica.aspx?IdDoc=25>).

⁴³ Disponível aqui: <https://news.un.org/pt/audio/2012/06/1035021>

realizarem (...). Por outras palavras, quanto mais a comunidade de países se transformar em comunidade de povos e em descentralização de iniciativas, mais relevante será a CPLP”. E serão mesmo Moçambique e Angola que aproveitarão, muito provavelmente, o crescimento da sua população para contrabalançar a influência e o peso do Brasil nesta comunidade (ou para a ele se juntarem...), sendo difícil imaginar que desperdiçarão essa oportunidade.

A este propósito, julgamos ser bastante útil para a nossa discussão a seguinte inferência de Cahen (2012:310): “Portugal could now have an ‘exceptional relationship’ with Africa, because with fascism dead, Portugal’s smallness would always prevent it from being imperialist”. Ou seja, o facto de Portugal não ser um país influente na arena mundial possibilita (talvez ironicamente para Portugal) uma relação mais igualitária entre esta ex-potência colonial e as suas ex-colónias (o Brasil, e não Portugal, é geralmente visto como o “líder” da CPLP, ainda que rejeite este rótulo). Ora, este constitui um traço peculiar à CPLP, que não se verifica tanto em comunidades linguísticas como a Francofonia, a *Hispanidad* ou a *Commonwealth*, geralmente lideradas pela ex-potência colonial. Na nossa aceção, esta é uma vantagem da CPLP que deve ser potencializada. Assim, as “fonias” só terão sucesso se a interculturalidade nelas presente for reconhecida:

“La langue portugaise n’appartient pas au Portugal, mais à tous ceux qui la parlent. Il s’agirait donc de créer d’abord sa propre lusophonie sans nier les langues nationales. La «nouvelle lusophonie» pourrait, en conséquence, être comprise comme espace interculturel, dans lequel les influences des différents pays africains sont reconnues en tant que contributions vitales. Ce n’est que dans cette acceptation que la CPLP n’est plus alimentée artificiellement, mais qu’elle pourrait avoir un véritable caractère de partage”.

Bieger-Merkli (2010:197)

2.3 – Porque poderão falhar as projeções?

Pensamos ser importante fazer aqui uma breve menção à margem de erro que podem apresentar as projeções demográficas aqui em apreço, principalmente por estarem em causa números bastante elevados. Nesta ordem de ideias, Smith, Tayman e Swanson (2001) relembram que existe uma miríade de fatores que influencia o crescimento populacional e as mudanças demográficas, muitas vezes de forma

imprevisível: “No matter how extensive our data and sophisticated our forecasting methods, we still cannot ‘see’ into the future” (p.1); do mesmo modo, dizem-nos que as projeções são afirmações condicionadas sobre o futuro: “Strictly speaking, population projections are conditional statements about the future. They show what the population would be *if* particular assumptions were to hold true. However, they do not predict whether those assumptions actually *will* hold true.” (p.3).

De facto, a própria ONU esclarece, num documento informativo⁴⁴ sobre a metodologia usada nas projeções de 2015, que, para as regiões menos desenvolvidas, a fiabilidade da informação não é garantida. Normalmente, os demógrafos reúnem dados censitários, amostras, registos populacionais e relatórios analíticos, usando depois estes dados para estimar a população em termos de sexo, idade, fertilidade, mortalidade e migrações. Contudo, para os países menos desenvolvidos, a informação demográfica empírica é limitada ou ausente e foram assim usados modelos e medidas indiretas de estimativas para a fertilidade e mortalidade (ONU,2015). Perante este facto, a margem de erro aumenta.

À primeira vista, para um país com altas taxas de mortalidade infantil, como Angola, os números de crescimento demográfico apontados podem não parecer muito realistas. Assim, este país apresenta, nas projeções da ONU realizadas em 2015, 156 mortes de crianças até aos 5 anos por cada 1000 nados-vivos (o número de mortes na revisão de 2017 é de 101) (ONU, 2015; 2017).

E se as projeções populacionais são efetuadas por demógrafos que não levam em conta determinados fatores, então podemos também apontar a escolaridade feminina como um deles. Como é do conhecimento geral, altas taxas de escolaridade feminina e de fertilidade não andam, geralmente, de mãos dadas. À medida que as mulheres prolongam os seus estudos, principalmente superiores, a tendência é para que a taxa de fertilidade comece a diminuir. Esta é uma realidade em todo o mundo e começa também a suceder em África. E o que dizer sobre a influência da rápida urbanização do continente? Clark (1977:27) relembra que a urbanização joga um importante papel na redução da natalidade e que não é geralmente tida em conta nas projeções.

Por último, podemos referir a existência de conflitos ou inclusive de movimentos de secessão que pudessem interferir com estas projeções. Estes são de mais

⁴⁴ Disponível aqui : https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2015_Methodology.pdf

difícil previsão, contudo. Ainda assim, é relevante dizer que a UA é avessa à modificação das fronteiras atuais dos seus Estados-membros, herdadas do colonialismo⁴⁵, e que tem o direito de intervir diretamente num Estado-membro em caso de conflito⁴⁶. A CPLP poderá ter semelhante efeito dissuasor: Marchueta (2003:135) diz que “os riscos de secessão territorial e étnica (...) poderão ser, com a CPLP, substancialmente reduzidos, na medida em que a influência de todos e cada um dos parceiros há-de jogar a favor da integridade territorial existente.”

2.4 – Necessidade de medidas de acompanhamento às previsões de crescimento

No *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, publicado em 2016 e que pretende ser uma compêndio das valências e do potencial da LP no mundo, Augusto Santos Silva, atual ministro português dos Negócios Estrangeiros e autor do seu prefácio, observa, oportunamente, que é preciso ultrapassar os discursos românticos que frequentemente vêm ao de cima quando se fala na generosa posição da LP nos lugares cimeiros das listas das línguas mais faladas do mundo, sendo que tais discursos criam uma falsa ideia de facilidade e de suficiência (2016:22). Não chega, portanto, ser uma das línguas mais faladas do mundo, uma vez que um alto número de falantes não equivale, por si só, a importância ou prestígio: o hindi, o mandarim ou até o árabe são disto exemplo.

Rosário (2015:33) chega mesmo a afirmar que os gestores da LP são complexados e pouco agressivos na promoção desta e serve-se de uma metáfora utilizada por Léopold Senghor para ilustrar este facto: “Senghor dizia que o tigre, para afirmar a sua ‘tigresa’, não precisava de apregoar que era tigre. O tigre afirma a sua ‘tigresa’ saltando sobre a presa com todo o seu vigor.” Rosário refere-se aqui aos discursos laudatórios e prolixos sobre a LP como uma das mais faladas, mas que não se traduzem em ações concretas, não havendo um subsequente “salto sobre a presa”. Ainda nesta ordem de ideias, Augusto Santos Silva conclui que “A história sem vontade não salvará a língua portuguesa – repito, não salvará. E vontade quer dizer agenda e ação política, intervenção concertada e monitorizada, ou seja, política pública” (Silva, 2016:22). De facto, aqui, o ministro português dos Negócios Estrangeiros aponta para a necessidade de medidas complementares às previsões de crescimento. Em nosso

⁴⁵ Artigo 4 b) do Ato Constitutivo da União Africana, 2000, Lomé, p.6, disponível aqui: https://au.int/sites/default/files/pages/32020-file-constitutiveact_en.pdf

⁴⁶ Artigo 4 h) (Ato Constitutivo da União Africana, 2000:7)

entender, sem elas, será muito mais improvável a concretização dessas previsões; afinal, nas palavras de Bieger-Merkli (2010:198), “C’est le contenu et pas la langue qui fait la musique”. Não é difícil perceber a necessidade dessas medidas complementares: existe uma grande dispersão geográfica entre os países da CPLP e, muito devido a isso, há um certo desconhecimento mútuo entre eles e uma inércia de ação, fatores que jogam contra o crescimento da LP.

É também do conhecimento geral que as línguas mais influentes do mundo são-no, não devido a uma qualquer superioridade linguística a elas inerente (que nenhuma língua detém), nem sequer a um alto número de falantes, mas sim devido ao poder económico dos países que as falam. O alemão, a título de exemplo, não é das línguas mais faladas do mundo; tem, no entanto, alguma importância devido ao peso económico da Alemanha. Outros exemplos semelhantes poderiam ser dados para línguas como o italiano, o sueco ou, inclusive, o francês (todas elas com menos falantes do que o português). Ora, à exceção de Angola e do Brasil (e, talvez muito brevemente, de Moçambique), a LP não se poderá (ainda) impor pela via económica, devido ao fraco peso neste campo dos países que a falam (apesar de a vitalidade económica de alguns começar já a chamar a atenção a nível mundial), com as referidas exceções. Talvez futuramente esta realidade se altere. Até lá, a única solução é a promoção da língua, de forma descomplexada, sendo a sua utilização nos *fora* internacionais uma das melhores formas de o fazer⁴⁷. Contudo, para tal, é necessário algo de inédito no mundo lusófono: uma política linguística concertada ao nível da CPLP. Até ao momento, esta questão tem-se caracterizado por uma separação entre as políticas linguísticas portuguesa e brasileira (e ausência dos PALOP, muito devido ao não reconhecimento oficial das suas normas linguísticas), com consequências nefastas para a LP, sendo talvez a mais notória a ideia de que o PTEU e o PTBR (português do Brasil) não constituem já a mesma língua: basta sairmos do mundo lusófono para nos depararmos com esta crença⁴⁸. Deste

⁴⁷ A necessidade de utilização da LP nas organizações internacionais em que é língua oficial/língua de trabalho foi consignada na alínea 6 do Plano de Ação de Brasília, aprovado em julho de 2010, em Luanda, na Cimeira de Chefes de Estado da CPLP. Aqui, a promoção internacional do português foi assumida como eixo essencial da Comunidade. Documento disponível aqui: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=1322¤tPage=28&M=NewsV2&PID=10872>

⁴⁸ Existem muitos *websites* na Internet que disponibilizam uma versão em PTBR e outra em PTEU. Contudo, não existem *websites* numa versão em espanhol de Espanha e outra em espanhol do México, por exemplo, ou numa versão em inglês dos EUA e outra em inglês do Reino Unido. Existem também autores brasileiros cujas obras sofrem uma adaptação para o PTEU aquando da sua publicação em Portugal. Ora, tal vai criando, fora do mundo lusófono, a ideia de língua fragmentada, que já não é a mesma, o que tem sido danoso ao crescimento mundial do português. No entanto, Gilvan Müller de Oliveira (2013),

modo, já em 1993, Manuel Ferreira, falava, de forma contundente, na existência de uma política linguística como condição *sine qua non* para a valorização da língua:

“É necessário que o Estado cumpra a outra tarefa – a do apoio nacional e internacional para que a língua portuguesa possa alcançar, em todos os sentidos, a sua verdadeira dimensão. Significa isto refazer, de alto abaixo, a postura da nossa tímida **política da língua**, que não temos, e, concomitantemente, criar uma planificação que cobrisse a execução dessa política. Sem isto, meus senhores, dêem-lhes as voltas que quiserem, teremos que continuar a dizer que nesse cortejo da língua portuguesa o rei vai nu.”

(Ferreira,1993:14)

Esperança, Gulamhussen, Machado, Costa e Reto, autores da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa* (2012), defendem que, a bem da defesa da língua a nível internacional, os particularismos nacionais de cada país lusófono devem passar para segundo plano, a favor de uma estratégia comum para a difusão da LP a nível global (p.192). Desta forma, acrescentam, a dimensão comunicativa da língua deve, neste contexto e para este objetivo, sobrepor-se à dimensão cultural da mesma, pois a dicotomia entre língua como instrumento de identidade e cultura e língua como instrumento de comunicação tem sido “o grande inibidor da construção de uma política de língua comum no seio da CPLP, o que no fundo acaba por ser prejudicial a todos os países que a integram.” (2012:27-28).

Luís Reto, um dos autores e coordenador da obra supracitada, defendeu, como medida coadjuvante ao crescimento do português em África, que o Brasil e Portugal devem cooperar com os PALOP para uma boa alfabetização em português e na construção de suportes pedagógicos e didáticos (em entrevista ao *Sapo24*, 2017). Menciona também aquela que, no seu entender, deveria ser uma das grandes prioridades da CPLP: “dotar esses países africanos de uma rede grande de formação de professores⁴⁹, de disponibilidade de ensino de português em *e-learning* e de construção de materiais pedagógicos que cumpram as regras da grafia oficializada e do acordo

linguista brasileiro e ex-diretor-executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), indica a *Wikipédia* como um exemplo de boas práticas, na medida em que os seus verbetes não cindem a língua portuguesa, veiculando antes um uso inclusivo da língua, com a presença simultânea dos vocábulos das diferentes normas no mesmo artigo. Oliveira diz que tal conduz a uma *normatização convergente*: “aquela normatização que, em benefício dos falantes, explora no limite máximo a veicularidade da língua, permite melhor circulação pelo mercado linguístico, com evidentes vantagens políticas, incluindo os países que até o momento não puderam participar da gestão da sua própria língua oficial, isto é, os PALOP e Timor-Leste, entre outros efeitos.” (Oliveira, 2013)

⁴⁹ Reto menciona que essa necessidade não é tão premente em Cabo Verde, país já dotado de uma boa rede de formação de professores (2017).

ortográfico. Isto ao nível imediato.” (Reto, 2017) A este propósito, torna-se difícil não lembrar a questão levantada no ponto 2.2 deste capítulo: será a promoção da língua portuguesa uma prioridade para os PALOP?

É também importante mencionar que Reto prevê ainda que o português se torne, já em meados deste século, numa das três línguas mais importantes em África, a par do inglês e do árabe. Dá também conta da perda gradual de influência do francês neste continente, devido à arabização crescente do sistema de ensino dos países francófonos de África, quase todos países muçulmanos (Reto, 2017)⁵⁰.

Finalmente, de referir que, ultimamente, o interesse pela língua portuguesa tem aumentado significativamente, interesse esse que tem sido encabeçado pela China (Mendes, 2014): há 28 universidades chinesas a ministrar licenciaturas em LP (Laborinho, 2016). A China aposta no português devido aos seus interesses económicos em países lusófonos, sobretudo africanos. Todavia, não será também devido às previsões de crescimento demográfico para Angola e Moçambique e provável aumento de influência dos mesmos no universo da CPLP? Talvez algo que a China esteja já a antecipar...? A questão está lançada.

⁵⁰ Contudo, em nossa opinião, tal poderá não se verificar, pois França, país tradicionalmente muito cioso da sua língua, poderá tentar travar esse processo de perda de influência, até porque esta língua é particularmente dependente – mais do que o inglês ou o português – do continente africano para continuar a ter o estatuto de língua global. Não devemos esquecer que, provavelmente, o número de africanos com o francês como L1 está a aumentar, o que diminui as hipóteses de perda de influência, principalmente se houver a nativização de normas africanas desta língua, o que, aparentemente, já está a suceder na Costa do Marfim (Skattum, 2009:175). Assim, nos países muçulmanos não árabes de África (não falantes de árabe, portanto), é possível que o árabe fique confinado à esfera religiosa.

CAPÍTULO III

AS NORMAS ANGOLANA E MOCAMBICANA DA LÍNGUA PORTUGUESA E SEU RECONHECIMENTO

3.1 – O português como língua pluricêntrica

A língua portuguesa pode ser considerada uma língua pluricêntrica. Isto porque tem vários “centros” devido à sua grande extensão territorial. Ora, vários centros implicam a existência de várias normas, uma vez que, devido à dispersão geográfica e exposição a diferentes realidades, não é de esperar que a língua se fale exatamente da mesma forma nos diversos centros. A maior parte das línguas que se expandiram fizeram-no num contexto de expansão colonial ou de movimentos de secessão. Schreier (2015:359) diz-nos mesmo que nenhuma ex-colónia fala a variedade da ex-potência colonial: “I know of no transplanted colony (nor in fact of any language) where the majority of the population spoke the standard variety⁵¹; in fact, I strongly doubt whether such a scenario exists or existed.” Por conseguinte, vários centros levam à existência de várias normas.

Desta forma, Oliveira (2016:26) menciona Clyne (1992) e Muhr (2012), dois linguistas que definiram “língua pluricêntrica” como uma elaborada por,

“centros normatizadores (nacionais) diferentes, tomando por base diferentes variedades históricas, e submentendo-as a instrumentação diversa, (...) e também com diferentes espaços de circulação e, conseqüentemente, diferentes alcances geopolíticos. *Codificação, fixação e transmissão* são elementos centrais desta aceção de norma, bem como os conceitos de *instrumentos e dispositivos* linguísticos, que realizam ou concretizam estas intervenções.”

Por outras palavras, Clyne e Muhr consideram que existem sete critérios que têm de estar presentes para que uma língua possa ser vista como pluricêntrica: 1) ocorrência: língua falada em pelos menos dois países que funcionam como “centros interativos”; 2) distância linguística: língua com uma certa ocorrência de características que a distinguem de outras e expressam unicidade identitária e social; 3) estatuto: língua com o estatuto de LO em pelos menos duas nações; 4) aceitação de pluricentrismo: língua com comunidade linguística que aceita o estatuto de variedade de língua pluricêntrica e

⁵¹ Aqui, entendemos “standard variety” como a norma-padrão da ex-potência colonial.

reconhece a mesma como parte da identidade nacional/social; 5) relevância identitária: língua com relevância para a identidade nacional; 6) codificação: língua com codificação em progresso ou já realizada e com uso deliberado da norma nacional por falantes cultos e instituições estatais; 7) ensino e disseminação: língua ensinada, promovida e difundida (Mhur, 2012). Mhur (2012) considera que existem oito estádios de desenvolvimento das línguas pluricêntricas. Aqueles que consideramos aplicáveis ao português são o 5º, 6º e 7º, respetivamente: reconhecimento do estatuto de pluricentrismo; emprego da variedade nacional com suas características linguísticas próprias; e ensino da mesma na escola, sendo as outras normas da língua geralmente ignoradas⁵².

Sendo assim, as línguas pluricêntricas apresentam o desenvolvimento das normas nacionais e variáveis linguísticas com as quais se identificam os falantes. As variedades autóctones são então usadas pelos nacionais como marca identitária e para se diferenciarem dos não nacionais (Baxter, 1992:1). De igual modo, Baxter refere que variações na ortografia são indiciadoras de pluricentrismo e que a cooperação entre nações utilizadoras da mesma língua pluricêntrica pode facilitar a planificação linguística (ex: acordos ortográficos) ou a convergência mútua (1992:5). Nesta ordem de ideias, Lopes (2002:26) menciona a “vontade natural de acomodação linguística entre duas partes diferentes”, isto é, falantes da mesma língua pluricêntrica, e que essa acomodação se faz em direção à variedade do “círculo interior” que, no caso do português, são Portugal e o Brasil (mas não Angola ou Moçambique). Ademais, observa ainda “Outra alternativa poderia consistir na observância de uma norma do Português como Língua Internacional, ao nível da escrita, sem necessidade de se institucionalizar a convergência a nível da oralidade” (2002:26). Ora, aqui, é possível que Lopes se tenha esquecido de que tal já existe: trata-se do (polémico) Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90).

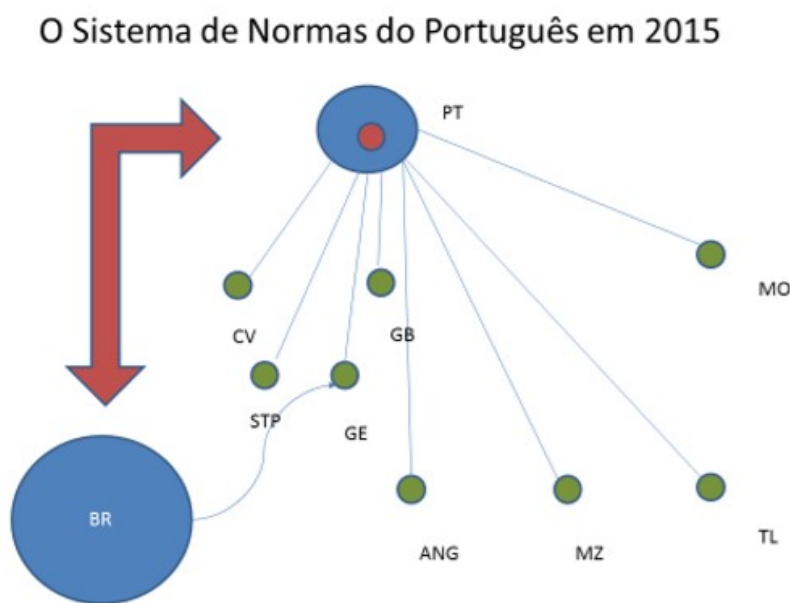
E é exatamente o AO90 que Oliveira (2013) refere como “o primeiro indício do aumento das pressões por uma *normatização convergente*.” O AO90 foi assim o primeiro instrumento institucional com vista a essa normatização convergente (talvez muitos dos seus opositores não compreendam esta sua função). O VOC (Vocabulário

⁵² A totalidade dos estádios de desenvolvimento encontra-se transcrita no Anexo D (p.83). Disponível em <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/stages-of-pluricentricity>

Ortográfico Comum⁵³) constitui um instrumento do AO90, também com a normatização convergente no horizonte, e é gerido pelo IILP, órgão da CPLP responsável por questões de política linguística. Tem dois objetivos fundamentais: listar as formas ortográficas autorizadas pelo AO90 e congregar o acervo de palavras correntes nos diversos países de língua oficial portuguesa. Ainda uma menção ao Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua não Materna (PPPLE)⁵⁴, que, dentro do seu género, contempla pela primeira vez as normas linguísticas dos PALOP e Timor-Leste na perspetiva do ensino do português como LE e LNM (língua não materna) (Mendes 2016, citada em Oliveira, 2016:11).

Contudo, perante uma língua pluricêntrica, o ideal a atingir será de facto a normatização convergente, senão, os desafios começam a surgir: como ensinar uma língua pluricêntrica? Que norma ensinar? Como formar professores para pensar o ensino da língua? Como produzir materiais didáticos? Como incluir as normas que estão fora dos centros dominantes, como as dos PALOP? (Mendes, 2016). Assim, no momento atual, as normas da língua portuguesa podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Gráfico 1: O sistema de normas do português em 2015



Fonte: (Oliveira, 2016:4)

⁵³ Disponível em <http://voc.cplp.org/>

⁵⁴ Disponível em <http://www.ppple.org/o-portal>

Este gráfico mostra, através dos círculos azuis, os dois centros gestores do sistema de normas, o Brasil e Portugal. Na realidade, um sistema de normas não é mais do que a expressão de uma relação de forças entre as normas, expressa, neste gráfico, pela seta vermelha. Oliveira chama a atenção para o facto de a norma brasileira ter o seu âmbito de validade exclusivamente no próprio Brasil, ao passo que os PALOP, Timor-Leste e Macau são tributários do PTEU, estando a ele ligados pelas linhas azuis, os quais são também não-gestores das suas próprias normas linguísticas (círculos de cor verde). A norma portuguesa é representada por um círculo azul, “maior do que o próprio alcance demolinguístico de Portugal, expresso pelo círculo vermelho menor, porque acumula os dividendos de ser a norma de outros espaços tributários.” (Oliveira, 2016). De salientar ainda a linha curva que liga o PTEU e o PTBR à Guiné Equatorial, país que adotou o português como LO em 2011 e que não demonstrou, até ao momento, ter optado por uma das duas normas centrais.

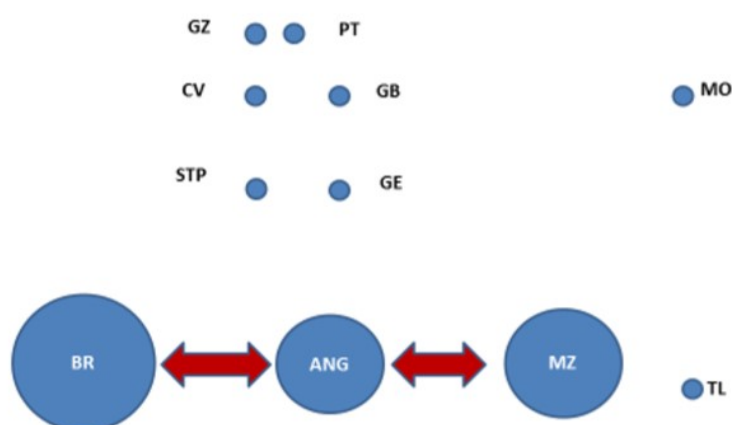
Todavia, e como tentamos aqui demonstrar, a verdade é que o português se encontra em processo evolutivo: de uma *língua bicêntrica* – PTBR e PTEU – para uma *língua pluricêntrica* – normas de todos os países lusófonos –, com destaque para o ganho de visibilidade do PTMZ e do PTAO, especialmente devido às projeções de alto crescimento demográfico para estes dois países.

Desta forma, Oliveira (2016:13) acrescenta que a LP, para além desta evolução de carácter bicêntrico para pluricêntrico, evolui também como “língua nacional de dois países para uma língua internacional, de gestão multilateral, tendência, de resto, de boa parte das grandes línguas de fonias, isto é, compartilhadas por diversos países.” Aponta igualmente para a necessidade futura de se contrariar o cânone universitário que tem por cerne a oposição PTBR *versus* PTEU e o desinteresse pelas normas emergentes da LP: “Em vez dessa dicotomia, as tendências demolinguísticas em curso apontam para a necessidade reforçada de pesquisa sobre o português angolano e moçambicano e para uma atenção especial à emergência dos esforços normativos dos demais PALOP e de Timor-Leste.” (2016:13)

Futuramente, esta parecerá ser a esquematização do sistema normativo do português:

Gráfico 2: O sistema de normas do português em 2100

O Sistema de Normas do Português em 2100



Fonte: (Oliveira, 2016:11)

Nesta projeção para 2100, as normas brasileira, moçambicana e angolana constituirão então o centro do sistema de normas do português. Todavia, a situação ideal é que cada país lusófono possa ser gestor da sua norma, ou, como diz Oliveira (2016:11),

“pelo menos parcialmente dado o crescimento do uso da língua em todos eles, o aumento da escolarização em língua portuguesa, a maior penetração da Internet, a criação de novas universidades e institutos de pesquisa, que formam gestores, professores e técnicos capazes de demandar e influir na elaboração de instrumentos normativos de variada ordem, bem como o crescimento da percepção dos ganhos econômicos associados à língua como fator de produção.”

(Oliveira 2010, citado em Oliveira, 2016:11).

Contudo, para que tal se torne realidade, os PALOP terão de estudar extensivamente as suas respectivas normas, sem esquecer o papel fundamental da sociolinguística para semelhante empreitada, e, assim, tentar estabelecer uma norma que seja minimamente representativa da forma de falar dominante nos seus países. Finalmente, de referir que é provável que Portugal, não obstante a sua pouca população, continue a ter algum peso no sistema de normas pelo facto de, na sua qualidade de expotência colonial exportadora da língua, conferir bastante peso à promoção da mesma e, por isso, dispor de uma rede institucional já firmada (universidades, editoras, etc.), que influi na gestão e manutenção do sistema de normas.

3.2 - As normas africanas do português e (necessidade do) seu reconhecimento

Stephen Parkinson observou que a língua portuguesa se dispersou demasiado para que possa existir apenas uma norma da mesma: “Portuguese, like English, has spread too far and wide to be described solely in terms of its European forms. (...) the former Portuguese colonies in Africa are looking for linguistic independence in the recognition of local standards.” (Parkinson s/d, citado em Bieger-Merkli 2010:243). À semelhança do mundo anglófono, onde a norma gira à volta de dois países – EUA e Reino Unido –, no mundo lusófono esta gira em torno de Portugal e do Brasil. Mas, e África?

Não obstante, o que é uma norma? Em que termos pode ser definida? Será aquele “lugar” em que todos nos encontramos para nos entendermos? Geralmente, a norma-padrão é vista como *prescritiva* (prescreve regras gramaticais e pragmáticas) e a norma de uso geral como *descritiva* (pode diferir da norma-padrão e é passível de ser descrita por meios linguísticos). Lucchesi diz o mesmo usando outra terminologia, a de *normal* e *normativo*: “O *normal* será, assim, o habitual, o costumeiro, o tradicional dentro de uma comunidade. O *normativo*, por seu turno, vai remeter para o sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade”. (Lucchesi 1994, citado em Adriano, 2014:82). Assim, não respeitar a norma-padrão conduz geralmente a sanções dentro da comunidade linguística. Callou (2008:58) recorda Ivo Castro (2002), ao lembrar que é o gramático normativo e não o escritor quem fixa a norma. Castro dá inclusive o exemplo de editores que corrigiram as formas “havam” e “houveram”, tidas como incorretas, presentes em *A Tragédia da Rua das Flores* de Eça de Queirós, em nome da gramática normativa. Daí Castro concluir que “o escritor é apenas o pretexto” para essa fixação da norma por parte do gramático normativo (Castro 2002, citado em Callou, 2008:58). A norma-padrão baseia-se geralmente na forma como grupos dominantes (a elite) usam a língua, pois são eles quem detém o prestígio socioeconómico. Assim, por causa da importância das elites na sociedade, considera-se que o uso que fazem da língua é especialmente digno de ser escolhido (Stroud, 1997b:24⁵⁵). Por outro lado, Kembo (2015:310), mais contundente, mostra-se contra a rigidez linguística imposta pela norma, considerando que classificar uma estrutura linguística como ‘erro’ implica a aceitação incondicional de uma norma fixa,

⁵⁵ Stroud (1997b:24) diz que as normas-padrão têm, a par da base social, uma base dialetal e menciona que línguas como o alemão, francês e inglês se desenvolveram na base de dialetos de regiões com importância política, administrativa e económica dos países onde são faladas.

significando que tudo o que dela diverja é considerado ‘desviante’. Esta abordagem atribui à norma padrão um estatuto que ela não merece nem pode reclamar, uma vez que a mudança é inerente a qualquer língua, defende.

Embora ainda sem reconhecimento oficial, as variedades dos PALOP possuem propriedades que as distinguem tanto do PTEU como do PTBR. Adriano (2014:9-10) menciona uma série de autores que lamentam a parca investigação sobre as normas africanas do português: Duarte 2000; Cunha e Cintra 1985; Jouë-Pastré 2008; Gonçalves 2009, 2013. Chamamos a atenção para o que disse esta última autora, Perpétua Gonçalves:

“Os estudos actualmente disponíveis sobre o PA [português de África] ou apresentam breves listas de alguns traços mais salientes da sua gramática ou se referem a uma subvariedade particular. Por outro lado, nos casos em que são apresentadas descrições do PA de alcance mais geral, a base empírica é constituída por textos literários, que dificilmente podem ser considerados representativos da gramática da língua oral, tal como foi fixada pela comunidade de falantes desta língua”

(Gonçalves 2013, citada em Adriano 2014:11)

No entanto, impõe-se mencionar que o já mencionado VOC alberga todas as palavras do universo linguístico do PTMZ.

Também Adriano (2014:3) considera que Angola vive uma situação de crise normativa, uma vez que o ideal linguístico é o PTEU, quando a sua realidade sociolinguística, mas também económica ou sociocultural, em tudo se distancia da portuguesa. Sendo assim, é utópico esperar que a prática linguística dos angolanos seja a norma-padrão europeia. Angola não estabeleceu ainda uma norma culta que pudesse ser objeto de uma política linguística e essa ausência continua a beneficiar a norma europeia. No entanto, não é esta a utilizada pela população, nem mesmo pelos professores nas escolas, apesar de, em teoria, ser esta a norma veiculada pelo ensino. Todavia, Cabral (2005) dá-nos conta de que, nas últimas décadas, “tem aumentado o número de professores e alunos que em pouco se identificam com a variedade europeia, generalizando-se a noção de “língua de aula”, para se referir à variedade europeia, e “língua de corredor”, para designar aquela que é característica de grande parte dos professores e alunos.” (citado em Adriano, 2014:83). Adriano menciona ainda o facto curioso de haver muitas características consideradas desviantes ao PTEU que, na realidade, já não são sentidas como tal, sendo inclusive utilizadas por indivíduos

escolarizados e cultos, em situações formais, ou reproduzidas nas obras de alguns escritores angolanos (2014:83).

Relativamente a Moçambique, Rosário (2015:26) refere que, após a independência, a Frelimo e o seu governo adotaram uma postura mais radical na defesa do português como língua de unidade nacional; “‘e o Português tinha de ser o Português de Portugal’, disse-o claramente Graça Machel, na altura Ministra da Educação e Cultura, no 1.º Seminário sobre o Ensino da Língua Portuguesa, realizado em 1979, logo a seguir à independência, numa resposta clara às dúvidas levantadas, face à norma do Português de Moçambique.” (Rosário, 2015:26). Mas, Nhampule e Martins (1999:105) referem que já por ocasião deste Seminário havia a consciência de que o PTMZ se estava a afastar do PTEU. Também relativamente ao ensino, existe a discrepância que referimos para Angola: a variedade escolhida como norma pedagógica não corresponde à usada pela maioria dos falantes. E, ironicamente e tal como já seria de esperar, as autoras referem que muitos professores nunca estiveram sequer em contacto com a variedade do português que se espera que ensinem (Nhampule e Martins, 1999:105). Terminam a sua análise propondo algumas ações para que a escola moçambicana possa ensinar a norma que corresponda às reais necessidades de comunicação: divulgação dos estudos já existentes sobre o PTMZ entre os profissionais do ensino; integração das descobertas dos trabalhos de investigação nos canais de tomada de decisão política; e o aprofundamento dos estudos já existentes sobre o PTMZ com vista à sua normatização (1999:105). Uma coisa é certa: sem um estudo científico do PTAO e do PTMZ torna-se impossível a sua codificação, utilização no ensino e o engendramento de políticas linguísticas neles baseadas.

Ora, qual é a consequência mais visível e imediata de se ter na escola uma norma não coincidente com a falada pela população? Insucesso escolar. Não é difícil intuí-lo. É acima de tudo por este problema que se reveste de importância o reconhecimento das normas angolana e moçambicana e subsequente codificação. Em jeito de complementaridade, Stroud (1997b:7) acrescenta: “as instituições educacionais podem beneficiar do conhecimento do uso real da língua, tendo em vista a eliminação do (...) ‘fechamento de elite’⁵⁶, responsável pelo insucesso de uma camada quantitativamente importante da população escolar”. Referindo-se ao “uso real da

⁵⁶ O termo “fechamento de elite” (*elite closure*) foi cunhado por Carol Myers-Scotton (1993).

língua”, Stroud designa aqui as normas não europeias da LP e diz que o sistema educativo moçambicano ficaria a ganhar se as contemplasse (1997b:6). Contudo, a questão da normatização é mais complexa do que possa parecer à primeira vista. Tendo em conta que existem diversas normas dentro de cada variedade africana, devido ao contacto do português com as diversas LA de regiões diferentes, e também devido à variação diastrática, então qual delas normalizar? O estudo destas variedades é ainda incipiente e correríamos o risco de definir normas que não correspondem à forma de falar da maioria da população (tal como também acontece em Portugal ou no Brasil).

Ainda neste ponto, há uma questão que gostaríamos de abordar e que também se prende, em nosso entender, com a necessidade de reconhecimento das normas angolana e moçambicana do português; trata-se do preconceito linguístico e da falta de igualdade entre as diferentes normas, não igualdade linguística (em termos linguísticos, todas as variedades estão em pé de igualdade), mas a nível do estatuto dentro da comunidade lusófona e da forma como são percebidas pelos falantes dessa comunidade. Atentemos nas seguintes observações:

“Do que não restam dúvidas é que a língua portuguesa deixou de ser, nesses países. a língua do ocupante para ser a língua deles próprios, e de cada um, precisamente como Portugal deixou de ser o dono da língua, o dono da norma, compreendendo que é legítimo o soberano direito, por parte dos utentes nos Estados Africanos, à reinserção morfo-sintáctica da língua portuguesa nesses universos carregados de inadiáveis exigências específicas de comunicação verbal.”

(Ferreira, 1993:12)

“A língua portuguesa é pluricontinental e policêntrica. Sendo a mesma língua, é falada e escrita de formas diferentes (...). Compreende, pois, múltiplas variantes (...). Todas as variantes dispõem de igual valor. Não há um ‘centro’ para a língua portuguesa; ela não possui só uma norma-padrão, nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade. (...) A língua portuguesa é de angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, e pode vir a ser de equato-guineenses, se tal for o seu real propósito.”

(Silva, 2016:14)

Estas afirmações – a primeira de Manuel Ferreira e a segunda de Augusto Santos Silva, atual ministro dos Negócios Estrangeiros português – apresentam alguma distância temporal entre si. Contudo, e apesar de expressarem ambas uma situação vista

como “ideal”, temos sérias dúvidas de que correspondam à visão atual predominante na comunidade dos países lusófonos. O povo português tende, de uma forma geral, a olhar para as outras variedades da LP de uma forma depreciativa – inclusive para o PTBR, norma já há muito estabelecida –, como se constituíssem uma forma “inferior” da língua, de “segunda classe”, olhando para essas variedades como “erro” ao invés de como “diferença”⁵⁷. Tal acontece devido ao facto de Portugal ser a ex-potência colonial, país de onde a língua é originária, e, assim, visto como guardião e único detentor da “norma-padrão”. Por exemplo, é curioso verificar a crença etnocêntrica, entre alguns portugueses, de que não falam com sotaque, de que apenas os outros povos lusófonos o fazem. Existe de uma forma geral a aceitação de que qualquer língua viva evolui, é mutável e moldável de acordo com as idiosincrasias do espaço em que se encontra, mas tal constatação não leva, *per se*, à igualdade social das normas. No caso das variedades africanas, esta depreciação assume contornos mais críticos e tal pode ser explicado, em parte, pelo facto de a imagem veiculada de África e das culturas africanas ter mormente uma conotação negativa⁵⁸.

A escola portuguesa é muitas vezes palco e expressão dessa desigualdade entre normas e sucede os alunos originários dos PALOP (e até mesmo do Brasil) serem indevidamente colocados em turmas de apoio aos alunos que têm o português como LNM, exatamente porque a sua forma de falar é vista, em Portugal, como errada, apesar de o português ser, de facto, a sua L1. Tal acontece porque os professores portugueses raramente reconhecem que a LP contempla diversas variedades, de igual validade, vendo-as antes como “português mal falado”⁵⁹. Marques e Martins (2006), citadas em Maciel (2010:37), questionam mesmo a “existência pré-institucional (quase ‘natural’)

⁵⁷ Clyne (1992), Muhr e Delcourt (2000) e Muhr (2003), citados em Muhr (2012), procederam a uma extensa listagem das características e atitudes das nações onde se encontra a norma dominante de uma língua. A mesma pode ser consultada no Anexo E (p.84).

⁵⁸ Relativamente à relação de Portugal com os PALOP, e que também se reflete na questão linguística, gostaríamos de ressaltar esta observação de Maciel (2010:29) que, parafraseando Samuel Huntington (1999), nos diz que “o Ocidente tende a considerar, frequentemente, que toda e qualquer sociedade moderna se deve aproximar de um tipo único: o ocidental. (...). Em nosso entender, essas dicotomias têm afectado a afirmação de um paradigma pós-colonial assente numa relação de paridade (entre a Europa e as ex-colónias), de cooperação e de respeito pela Humanidade.”

⁵⁹ No contexto do Português Língua não Materna (PLNM), lecionado nas escolas portuguesas, os falantes nativos do português não devem, obviamente, ser integrados no mesmo, ainda que falem uma variedade não europeia do português, de acordo com a Direção-Geral de Educação (Leiria; Queiroga; Soares, 2005:10): “alunos para quem o português é a língua materna, a língua de comunicação com os seus pares e é ou foi sempre a língua da família e da escola, independentemente da sua origem e do grau de proficiência no que respeita à norma-padrão do PE [português europeu], devem seguir o currículo geral, sem, no entanto, deixarem de ser respeitadas as suas especificidades”.

da comunidade lusófona”, após terem analisado o uso da língua nas escolas portuguesas e terem chegado à conclusão de que existe uma dificuldade de aceitação da diversidade da norma linguística portuguesa em contexto escolar. Como acelerador da mudança de mentalidades, talvez a CPLP pudesse, futuramente – e se tal fosse possível no âmbito dos seus estatutos –, decretar que os seus Estados-membros têm de aceitar e respeitar a variedade linguística dos outros Estados-membros. Aparentemente, também outros autores notaram (e já há algum tempo) este preconceito português contra os locutores de outras variedades: “Il faudrait souligner que les locuteurs du portugais, en tant que langue maternelle, devraient montrer plus de respect, plus de responsabilité et de tolérance envers les locuteurs de langue non-maternelle.” (Perl, 1989:15). Assim, Perl relembrou, já em 1989, que porquanto a LP já não serve só como meio de comunicação entre portugueses e brasileiros, é normal o surgimento de outras variedades nacionais, as quais não devem ser vistas de forma depreciativa nem como algo que ameaça a unidade da LP (Perl, 1989:15).

Desta forma, o reconhecimento e codificação das normas africanas poderia ser de facto uma forma de elevação do estatuto das mesmas e conseqüente aceitação pelos restantes países de LP, a par da interação entre os cidadãos dos mesmos, que pode levar a ultrapassar preconceitos de índole linguística (e não só). Também, de um ponto de vista mais diplomático, se não houver o reconhecimento das variedades africanas, a posição dos PALOP será sempre mais débil na gestão do sistema de normas do português e estes não poderão decidir dos destinos da sua própria LO, como já havia sido mencionado. Finalmente, de referir que, antes de proceder à normatização das variedades africanas, é necessário que Angola e Moçambique olhem para as mesmas de forma descomplexada e decidam desvincular-se do PTEU. Talvez assim as afirmações de Manuel Ferreira e de Augusto Santos Silva possam tornar-se realidade, visto que expressam uma situação desejável mas que, de facto, (ainda) não se verifica.

3.3 – Algumas considerações sobre a génese das normas africanas da língua portuguesa

As normas não europeias de línguas que foram outrora coloniais foram (ainda são?) ignoradas como objeto de estudo linguístico durante muito tempo. Gonçalves (2010a:13-14) diz que estas eram vistas como uma espécie de “parente pobre da grande família das línguas naturais”, ao contrário dos crioulos que, apesar de também surgidos num contexto de contacto linguístico, são há muito recetores de maior atenção e

reconhecimento como línguas de pleno direito. Essa discriminação também decorreu dos limites que a teoria linguística ainda apresentava até meados do século XX (Gonçalves, 2010:14).

Como é do conhecimento dos estudiosos das normas africanas da LP, estas resultam principalmente do contacto desta última com as LA, em contextos multilíngues, sendo que estas últimas contribuem em grande parte para as particularidades dessas normas face ao PTEU. A LP, não sendo africana de origem, foi *africanizada*. Os africanos apropriaram-se de uma língua que lhes era estranha, estrangeira, mas que conseguiram revestir de uma roupagem africana. Desta forma, Webb e Kembo-Sure (2015:36) observam que o português, o inglês, o francês e o afrikaans não são línguas africanas, mas que “in terms of their borrowings, the meanings of their words, and the pronunciation of their sounds, they can be regarded as Africanized languages”. Estas línguas sofreram múltiplas “metamorfoses”, ao ponto de apresentarem características diferentes dentro do próprio continente africano: o inglês falado na Nigéria não é o mesmo que o falado no Quênia, o português de Angola e de Moçambique também diferem em alguns aspetos e o mesmo acontecerá certamente com o francês em África. Houve, pois, como que uma *naturalização* da LP neste continente, que consistiu na aceitação de uma língua exógena, desde que sujeita a um processo de “indigenização”, e posterior reconhecimento do seu propósito funcional (Lopes, 2014).

As idiossincrasias das normas africanas têm também inerente uma estrutura conceptual africanizada, como corrobora Mia Couto (2012): “E a grande maioria entende e fala português inculcando na norma portuguesa as marcas das culturas de raiz africana.” Adriano (2014:89) relembra que “O povo português e o povo angolano não categorizam o mundo através da língua do mesmo modo”, daí as diferenças lexicais, mas também fonológicas, morfossintáticas ou semânticas. Em suma, as normas de Angola e de Moçambique não coincidem com a europeia, apesar de, oficialmente, ainda a ela se encontrarem arreigadas.

Inverno (2008:171) propôs-se contrariar a ideia, implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, de que a norma generalizada em Angola é a europeia, defendendo que o país apresenta “uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilingue”. Esta autora, que realizou trabalho de campo em Angola, descreveu algumas das características gramaticais do PTAO através de um *corpus* que recolheu no país, em 2004, revelador

de fenómenos que “estariam já presentes na variedade de português aí falada no século XIX, pois Schuchardt (1888) identifica desde logo a redução da flexão nominal e verbal como algumas das características mais notórias do português falado à época em Angola.” (Inverno, 2008:171). Fenómenos que não são de agora, portanto. Inverno dá também conta da incorreção de ver estes fenómenos como erros:

“Segundo Cabral (2005), alguns destes fenómenos linguísticos, nomeadamente a generalização da preposição *em* em contextos não permitidos pela norma do português europeu (ex.: *fui no centro da cidade*), têm vindo a penetrar o discurso de falantes nativos de português em Angola, o que indica não se tratarem estes de meros “erros” produzidos por falantes com pouca proficiência em português, mas sim especificidades de uma variedade nacional em formação, i.e. o português vernáculo de Angola”

(Inverno, 2008:172)

António (1963:32-33) fala-nos de evidências da existência, em Luanda, no século XVII, de um crioulo de uso generalizado na comunicação entre os moradores, fruto do contacto linguístico entre europeus e africanos com L1 diferentes. Posteriormente, com o desaparecimento desse crioulo, começam a verificar-se particularidades linguísticas no português e no quimbundo, devido à influência que exerciam mutuamente⁶⁰: “O português que se fala em Luanda amolda-se à musicalidade, às disponibilidades fonéticas, à estrutura morfológica e sintáctica quimbundas e (...) enriquece-se de termos novos tradutores de novas realidades.” (António, 1963:32-33). Sobre a contribuição que os portugueses deram para a formação do PTAO, Perl (1989:12) refere que havia portugueses de todas as regiões de Portugal, sem que nenhuma sobressaísse face às outras. Esses portugueses não falariam talvez a norma culta, mas uma norma mais corrente, o que levou a uma variação diastrática, ainda hoje prevalente. Os portugueses que dominavam a norma culta eram os que tinham mais contacto com a metrópole. Os outros, que falavam a norma corrente e eram, provavelmente, a maioria, tinham contacto frequente com os africanos de L1 bantu. Deste contacto surgiram as normas africanas que conhecemos hoje. Muitos dos locutores africanos bilingues não tinham tido acesso à norma escrita da LP, a grande fixadora da norma-padrão. Dispunham apenas do registo oral, marcado por influências mais ou menos fortes das LA. A este propósito, Perl (1989:13), fazendo referência a MariusValkhoff, romanista e crioulista holandês que estudou a herança linguística

⁶⁰ Bal (1979:10) dá-nos conta de um interessante (mas talvez não surpreendente) facto: o português é a língua europeia que incorporou mais palavras de origem africana no seu léxico.

portuguesa em África, esclarece o seguinte: “Cette variante du portuguais que Valkhoff a désignée comme créole secondaire, (car elle avait une proportion élevée d’interférences) s’est formée surtout dans les centres urbains, c’est-à-dire dans les régions marginales des villes”. Disto, o exemplo mais típico será a chamada “linguagem dos musseques”, falada como variedade social do português em Luanda, com forte influência do quimbundo. Também, destacamos Mingas (2002:45), que nos diz que, no tempo colonial, o número de portugueses nascidos em Angola começou a superar o dos nascidos em Portugal, o que explicará em parte a forte implementação da LP em Angola e também o elevado número de palavras africanas na mesma. Diz também que a partir de 1925/30, os filhos dos assimilados começaram a ter o português como L1 (2002:50).

Relativamente a Moçambique, apesar de os portugueses aí terem chegado logo em 1498, a administração efetiva deste território pelos mesmos e subsequente povoamento começaram apenas no início do século XX (Mondlane 1969, citado em Matsinhe, 2005:119). O contacto entre a LP e as línguas bantu de Moçambique não é tão antigo nem intenso como o que se verificou em Angola. Contudo, o povoamento cria sempre terreno fértil para a formação de um bilinguismo, mormente devido à imposição da língua da potência colonial. Após a independência, o governo de Moçambique optou por manter a LP no país, oficializando-a. Nessa altura, os falantes moçambicanos de português eram em menor número do que os atuais, pois eram pouco os moçambicanos escolarizados. No entanto, nesta época encetaram-se, como já referido no capítulo II, fortes campanhas de alfabetização no país, o que levou, não só a um fortalecimento da LP, mas também à formação de um bilinguismo e conseqüente incremento do contacto entre esta e as LA. Após a independência, a partida dos colonos portugueses deu azo ao surgimento de variedades não padrão da LP. A variedade europeia é, pelo menos teoricamente, a usada no ensino e na administração, mas, à parte disso, novas variedades da LP têm surgido e são usadas como L1 e L2. Assim, como salienta Matsinhe (2005:125), “These varieties seem to be competing for space in the Mozambican linguistic mosaic. As a result, it is no longer possible to speak of a single variety of Portuguese, but it has become necessary to posit a constellation of varieties (...).” A este propósito, Ngunga (2010) dá conta de um interessante fenómeno: é possível identificar a proveniência regional de um moçambicano pela forma como fala português. Tal aponta para a “dialetalização” das diferentes variedades do português em Moçambique, as quais adquiriram características regionais devido à influência de cada uma das LA, elas próprias de carácter regional.

Uma vez que as normas africanas justificam grande parte das suas particularidades com a influência das LA, são estas que devemos procurar conhecer se quisermos compreender melhor os fenómenos daquelas. Também, Stroud (1997a:14-15) dá conta dos estádios de formação de uma *interlíngua*, resultado das várias estratégias de aquisição de uma L2: (1) *simplificação* de estruturas da língua-alvo; (2) *sobregeneralização* de regras; (3) *transferência*⁶¹ de estruturas da L1 para a língua-alvo.

Gonçalves (2010a:193) aborda a questão da qualidade do *input* na aprendizagem do português como L2 pelos africanos; assim, diz-nos que “a emergência de novos traços e regras decorre de diferenças entre as gramáticas das línguas bantu/L1 e do PE [PTEU]/L2, em contextos em que as evidências geradas pela gramática do PE são ambíguas para aprendentes com aquelas L1.” O que quer isto dizer na prática? Gonçalves refere-se aqui à instabilidade do *input* aquando da aquisição da LP como L2/LE pelos africanos, seja num contexto colonial ou pós-colonial: “devido ao contexto social em que a gramática das línguas coloniais emerge, em que são em número reduzido os falantes nativos, são menos robustos os *triggers* que podem desencadear a emergência dos valores de parâmetro convergentes com essa gramática.” Isto é, o contacto com falantes nativos do PTEU, que poderia fornecer o *input* e gatilhos necessários à convergência com a gramática desta norma, está ausente ou é ténue. Por essa razão, nestas comunidades, a aquisição bem-sucedida da L2 depende muito do acesso à educação formal, onde a exposição à norma-padrão é mais intensa e estável do que noutros contextos. De igual modo, é interessante verificar que a ambiguidade do *input* leva a diferentes realizações linguísticas, não decorrentes do PTEU nem das línguas bantu: “verficou-se que a ambiguidade do *input* pode também resultar da possibilidade de atribuir mais do que uma descrição gramatical a uma mesma estrutura do PE, mesmo que essa descrição não decorra directamente nem da gramática das línguas bantu nem da gramática do PE.” (Gonçalves, 2010a:193). Gonçalves aponta inclusive as vantagens da adoção de uma perspetiva cognitiva da génese do PTMZ, por exemplo, o que permite analisá-lo como uma língua natural e perceber que os desvios

⁶¹ Stroud (1997a:39), citando Sridhar & Sridhar (1992), refere que o fenómeno da transferência, longe de impedir a intercompreensão, “age como o lubrificante que faz as rodas das comunidades bilingues rodar suavemente”. Stroud acrescenta ainda, dando o PTMZ como exemplo, que “Por outras palavras, a ausência de fenómenos de transferência no contexto do Português de Moçambique impediria a comunicação idiomática e a partilha de pressuposições culturais.” (1997a:39)

que este apresenta face ao PTEU decorrem dos traços deste último que foram inadequadamente processados aquando da sua aquisição como L2 (2010a:199).

A título de curiosidade, podemos avançar alguns exemplos que ilustram tendências idênticas, nos PALOP, de variação relativamente ao PTEU, a nível das propriedades sintáticas de complementos verbais (1) e da colocação dos pronomes pessoais átonos (2): “(1) ‘para dar [os filhos] de comer’ (Guiné-Bissau); (1) ‘pedir [uma tia nossa] para tomar conta de nós’ (Moçambique); (2) ‘na igreja também usa-se o português’ (Cabo Verde); (2) ‘isso ainda tolera-se um bocadinho’ (Moçambique).” (Gonçalves, 2015:135)

Finalmente, cabe-nos mencionar aqueles que assumem um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento das normas europeias em contexto não europeu – africano, neste caso: as crianças, aquelas que necessitam de ter uma L1 de estrutura mais complexificada, que lhes permita expressar o mundo.

CONCLUSÃO

Todas as línguas eram “simples” aquando da sua formação, inclusive as línguas europeias, obviamente. Só que, no mundo ocidental, houve progressos tecnológicos e as línguas ocidentais expandiram-se lexicalmente para poder nomeá-los, o que não aconteceu com as línguas cujas zonas do globo não conheceram esses fenómenos. É por este motivo que as línguas ocidentais se creem superiores às não ocidentais, mas também devido a uma visão eurocêntrica do mundo.

Mühlhäusler (1997) defendeu que a linguagem se assemelha a um sistema ecológico, a um aquário mais propriamente, onde todos os peixes têm funções distintas. Sem alguns, o aquário entra em desequilíbrio e morre (citado em Pütz, 2004:67). Assim como um aquário necessita de um determinado número de habitantes e de interações significativas entre eles, também um ecossistema linguístico necessita do mesmo – preservação das diferentes línguas aí existentes e coexistência frutífera e pacífica entre elas –, sob pena de entrar em desequilíbrio. Utilizamos esta metáfora como exemplo de algo que não acontece em África. Mesmo após as independências africanas, a situação de desigualdade entre LA e ELC mantém-se.

Nos países multilíngues como Angola e Moçambique, a escolha do português como LO acarretou um processo glotofágico⁶², ou seja, levou ao desaparecimento ou enfraquecimento das LA destes países devido à posição social privilegiada do português. O escritor Mia Couto expressou-o de forma original, dizendo que, nestes países, a lusofonia pode ser sinónimo de “*lusofonias*” (Mia Couto 2010, citado em Gonçalves 2012). A marginalização das línguas bantu manteve-se após a independência, embora já num quadro político-ideológico diferente. Por outro lado, também não é menos verdade que existe uma consciência cada vez maior da necessidade de valorizar as LA e de as catapultar para funções socialmente mais valorizadas, o que se verifica no aumento do seu uso em situações mais formais e institucionais. Ou seja, tanto a ELC como as LA parecem estar à conquista de novos domínios.

Mas, o que significa concretamente uma relação igualitária entre ELC e as LA? Significa isso que estas seriam promovidas a LO e LdE? Mas, se tal acontece, então qual a relevância de continuar a dar à ELC esses estatutos? Será a posição subalterna das LA a única forma de sobrevivência para a ELC em África? A igualdade entre ambas

⁶² Jean-Louis Calvet cunhou o termo “glotofagia” no seu *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie* (1974), Paris.

as partes, é ela possível? Há, não obstante, um segmento populacional que “salva” a ELC: aqueles que a têm como L1 (e que são tendencialmente cada vez mais). É acima de tudo por eles que a sua presença se justifica hoje, mais do que nunca, neste continente. A complementaridade entre as duas partes, ao invés de competição, é o que se impõe. Acreditamos que a valorização das LA só acontecerá lhes forem atribuídas funções sociais elevadas. Ser língua nacional, oficial, ou até mesmo LdE, não é suficiente sem o desempenho de funções que lhes atribuam prestígio socioeconómico. Para tal, impõe-se a implementação de uma boa política linguística, imperativa nos países plurilíngues de África, até mesmo para erradicar o “auto-ódio” que os próprios africanos parecem apresentar contra as suas próprias línguas, fruto das ideias inculcadas durante o período colonial e da falta de prestígio das LA. Defendemos também que as LA devem ser, o mais possível, codificadas e lexicalmente modernizadas, caso não queiram perder terreno num mundo globalizado e hostil a tudo o que não seja ocidental. Também assim poderão alcançar uma posição mais igualitária face à ELC.

Sanogo (2008:24) observou o seguinte: “L’histoire ne se refait pas et le français, l’anglais et le portugais font désormais partie intégrante de la réalité africaine; ils doivent être étudiés afin de voir comment on peut en tirer le meilleure parti.” Isto é, não sendo possível refazer a história, e visto que a eliminação da ELC – apesar de possível – não está no horizonte da maior parte dos Estados africanos, a única possibilidade é promover uma boa relação entre esta e as LA. Ademais, o português, o francês e o inglês adquiriram características africanas, nativizaram-se, e são já línguas maternas neste continente. Em 1994, 19 anos após a independência das colónias portuguesas em África, Michel Cahen vaticinou o seguinte relativamente à LP nos PALOP: “le portugais demeurera dans ces pays si, et seulement si, il est perçu comme un outil non portugais de communication” (citado em Bieger-Merkli 2010:249). Consideramos esta afirmação como mais consentânea com o período imediatamente a seguir à independência, em que se tentaria vislumbrar a sorte da LP nestes países. Contudo, atualmente, 43 anos após a independência dos mesmos, o português ainda subsiste, talvez exatamente por ser visto já como um instrumento moçambicano, angolano ou são-tomense. Acreditamos que essa visão do português como uma verdadeira língua africana advém da existência das normas africanas, pois são elas quem deu a esta língua uma roupagem africana. Sem elas, então provavelmente a afirmação de Cahen faria todo o sentido e o português não seria, de facto, visto como um “instrumento não português

de comunicação”. Resumindo, é difícil não olhar já para o português como uma língua africana, que foi também capaz de se imbricar com as LA, como o changana e o quimbundo, influenciando-as e sendo por elas influenciado. Há coisas de fora que passam a ser nossas porque as moldamos à nossa maneira e lhes demos o nosso toque. Daí o título desta dissertação: “herança colonial descolonizada”.

Como mencionámos na Introdução, defendemos que Angola e Moçambique devem reconhecer, codificar (fixação da norma em gramáticas e dicionários) e difundir as suas normas, até mesmo para colmatar os problemas de insucesso escolar. Contudo, esta questão é de grande complexidade, pois estes países também se arriscariam a instituir uma norma que, na realidade, não iria refletir a forma de falar da maior parte da população (o que, por exemplo, acontece no Brasil, mas também em Portugal). E, se tal acontecesse, o insucesso escolar de que padecem Angola e Moçambique não seria erradicado, ao contrário. Por conseguinte, o primeiro passo seria o encetar de estudos sérios e aprofundados, de grande extensão territorial, para determinar a forma de falar de cada região. Todavia, tal não resolveria todos os problemas: qual a norma a selecionar dentre todas as existentes? Como distinguir entre o que é aceitável e o que constitui um erro? Relativamente a esta questão, Adriano (2014:103) observa, sobre o PTAO, “nem tudo o que se diz ser característica da variedade angolana do português deve, efetivamente, fazer parte de uma possível norma-padrão de Angola. É de todo importante a observância de alguma ponderação na assunção de que tudo quanto é comum na língua se constitua na norma, isto é, no normativo.” Gonçalves (1997b:27) diz o mesmo para o PTMZ: “É óbvio que nem todas as variedades são elegíveis; as formas de falar Português que, por exemplo, são o resultado de processos de aquisição incompleta de L2 precisam de ser excluídas.”

Contudo, reparámos que esta questão é algo nebulosa. A maior parte dos autores parece não conseguir dar uma resposta cabal sobre o que deve constituir erro ou não: há estruturas que, *apesar* de induzidas por uma aquisição incompleta do português como L2, podem ser aceites, havendo outras que, *porque* induzidas por uma aquisição incompleta do português como L2, devem ser rejeitadas. Questão nada consensual, portanto. Contudo, todos concordam que é preciso estabelecer limites, não se trata de um “vale tudo”. Talvez a solução passe por tentar definir uma norma que albergue propriedades de todas as normas existentes nestes países ou, talvez melhor do que isso, definir a norma com base na forma de falar dos indivíduos escolarizados que, como

vimos, também usam determinadas formas tidas como desviantes à norma europeia. Ou seja, as formas desviantes podem, desde que presentes de forma estável na forma de falar de indivíduos escolarizados, ser consideradas como aceites pela norma, tal como explicita Adriano (2014:448): “nem todo o erro deve ser promovido à norma no seu sentido normativo. A sua generalização e o nível académico das pessoas que o acolhem devem ser critérios a ter em conta.” Na nossa aceção, a definição da norma passaria então por estudos regionais aprofundados, pela subsequente seleção de estruturas linguísticas a incluir na nova norma-padrão, sua codificação e, por fim, pela existência de uma política linguística que a promovesse e disseminasse.

A escola é, por excelência, a guardiã e difusora da norma, força centrípeta que tenta controlar as produções linguísticas desviantes. É igualmente importante referir que é ponto assente entre os autores que as normas africanas devem manter uma inteligibilidade com as outras normas da LP (Leiste, 1989:66; Adriano, 2014:447). Lopes (2002:26; 2014) refere mesmo que esta língua, em Moçambique, assume dois papéis em conflito: a vontade de naturalização, mas também a vontade de manutenção da inteligibilidade com o restante mundo lusófono.

Os PALOP parecem estar ainda algo “emocionalmente” ligados à norma europeia da LP, por isso a normativização em causa não acontecerá, provavelmente, a curto prazo; essa desvinculação acontecerá à medida que cresça a sua população e haja uma maior independência cultural. Talvez ela surja primeiramente em Moçambique, país que iniciou, antes de Angola, o estudo da sua norma. De igual modo, e relativamente ao preconceito linguístico de que demos conta no capítulo II, a mestiçagem da LP é celebrada por uns, olhada com desconfiança por outros; todavia, a hibridez é atualmente mais celebrada do que contestada, ficando assim a esperança num futuro em que a diferença não seja mais vista como erro e em que se compreenda que uma frase como “o polícia lhe prendeu” é desviante em Portugal mas está (ou estará) correta em Angola. Armando Jorge Lopes defendeu que a LP não é pertença de ninguém e que as variedades emergentes são merecedoras do mesmo respeito que têm as já estabelecidas (2002:29).

Termina este trabalho com esta realista expressão de um compatriota de Lopes, para dizer que devemos ser todos capazes de escutar, no mundo lusófono, “as vozes diversas em que todos são, em simultâneo, centro e periferia” (Mia Couto, 2005:155).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

1. Dicionários

CASTELEIRO, Malaca (Coord.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol.1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

CRYSTAL, David (1985). *A dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford: Blackwell.

2. Comunicações orais

AGUILAR, Ana Maria; **PINHEIRO**, Isabel Maria Rei (1993). “Angola – que ensino?”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 99-105.

BARROS, Agnela (2002). “A situação do Português em Angola”. In Mateus, Maria Helena Mira (Coord.). *Colóquio Uma política de língua para o português : actas do Curso de Verão sobre "A Política do Português em África e na Europa"*. Lisboa: Colibri, pp. 35-44.

CRISPIM, Maria de Lurdes (1993). “Língua, literatura e norma”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 67-70.

CUBOLA, Filomão (1993). “Principais problemas de hoje sobre a língua portuguesa nos PaLOP africanos”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 27-36.

- DIAS**, Hildizina (1993). “Os empréstimos lexicais das línguas bantu no português”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 37-48.
- FERREIRA**, Manuel (1993). “Do estatuto da língua portuguesa em África e da retórica do aparato”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 11-14.
- GONÇALVES**, Perpétua (2012). “Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia?”. Comunicação apresentada no *II Congresso Internacional de Linguística Histórica – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo. 07-10.02.2012. Disponível em http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/lusofonia_em_mocambique.pdf.
- KÂMBWA**, Augusto (2002). “A problemática da coabitação linguística em Angola”. In: *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Luanda: AULP, pp.103-112.
- LINO**, Maria Teresa (2010). “A língua portuguesa em situação de contacto de línguas e de culturas - Unidade e diversidade”. In *Simpósio Interpenetração da língua e culturas de-em língua portuguesa na CPLP*. Lisboa: CPLP, pp. 51-69.
- LOPES**, Armando Jorge (2002). “O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística”. In Mateus, Maria Helena Mira (Coord.). *Colóquio Uma política de língua para o português: actas do Curso de Verão sobre "A Política do Português em África e na Europa"*. Lisboa: Colibri, pp. 15-32.
- MENDES**, Edleise (2016). “A língua portuguesa em uma nova perspetiva”. Comunicação no Colóquio *A Diversidade Linguística nos Espaços de Língua Portuguesa*. Paris: Gulbenkian. 26.05.2014. Disponível em <https://soundcloud.com/gulbenkian-paris/4-edleise-mendes-a-lingua-portuguesa-em-uma-nova-perspetiva>
- MINGAS**, Amélia Arlete (2002). “Ensino da língua portuguesa no contexto angolano”. In Mateus, Maria Helena Mira (Coord.). *Colóquio Uma política de língua para o português: actas do Curso de Verão sobre "A Política do Português em África e na Europa"*. Lisboa: Colibri, pp. 45-50.

------(2002). “Português de Angola: uma realidade?”. In: *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Luanda : AULP, pp.159-164.

----- (2010). “Complementaridades necessárias entre línguas e culturas”. In *Simpósio Interpenetração da língua e culturas de-em língua portuguesa na CPLP*. Lisboa: CPLP, pp. 12-15.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque (2002). “Avaliação crítica da CPLP – o projeto, seus mecanismos e viabilidade política”. Comunicação apresentada no *Seminário CPLP – Oportunidades e Perspetivas Estudos e Ensaios*. Ministério das Relações Exteriores (MRE), Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI). Brasília. 28-29 maio de 2002. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2522/1045.pdf?sequence=1>.

NGUNGA, Armindo (2010). “A problemática de interferências de línguas moçambicanas na língua portuguesa”. In *Simpósio Interpenetração da língua e culturas de-em língua portuguesa na CPLP*. Lisboa: CPLP, pp. 117-136.

NHAMPULE, Ana Maria; **MARTINS**, Flávia (1999). “Política nacional e ensino de língua”. In *IX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Maputo: AULP, pp. 99-106.

NOA, Francisco (2010). “Da criação e da crítica literária: a cultura como valor apelativo e estruturante”. In *Simpósio Interpenetração da língua e culturas de-em língua portuguesa na CPLP*. Lisboa: CPLP, pp. 71-82.

NTONDO, Zavoni (2010). “A coabitação linguística em Angola: diálogo VS conflito”. In *Simpósio Interpenetração da língua e culturas de-em língua portuguesa na CPLP*. Lisboa: CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pp. 206-219.

PONTÍFICE, Fernanda (2002). “São Tomé e Príncipe: breve caracterização do quadro linguístico”. In Mateus, Maria Helena Mira (Coord.) *Colóquio Uma política de língua para o português : actas do Curso de Verão sobre "A Política do Português em África e na Europa"*. Lisboa: Colibri, pp. 55-62.

SOLLA, Luísa (1999). “Português, língua de ensino em contextos multiculturais”. In *IX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Maputo: AULP, pp. 71-82.

TRICAMEGY, Naia Valigy; **GOMES**, Isabel Maria Jorge (1993). “O português em Moçambique: situação, ensino e aprendizagem”. In *Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África 1991*. Santarém: Escola Superior de Educação, pp. 77-86.

ZAU, Filipe (2002). “O bilinguismo e o multiculturalismo. A realidade sociocultural que não devemos ocultar”. In: *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Luanda : AULP, pp.178-188.

3. Documentários

RED BULL MUSIC ACADEMY (2006). *Lusofonia, a (R)Evolução*. Disponível em <https://vimeo.com/84586539>.

4. Documentos oficiais

BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (1997). *Estatuto do Cidadão Lusófono*. I Série, Número 32, 25.08.1997. Disponível em: <http://www.parlamento.cv/GDLeisRepublica.aspx?IdDoc=25>.

CPLP (2010). *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Brasília. Disponível em <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=1322¤tPage=28&M=NewsV2&PID=10872>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (2016). *Censos 2014. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola em 2014*. Disponível em <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xid=censo2014>.

LEIRIA, Isabel; QUEIROGA, Maria João; SOARES, Nuno Verdial (2005). *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional - Orientações nacionais: Perfis linguísticos da população escolar que frequenta as escolas portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral da Educação. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/plnm_perfis_linguisticos.pdf.

The Asmara Declaration on African Languages and Literatures (2000). Declaração emitida no âmbito da conferência intitulada *Against All Odds: African Languages and Literatures into the 21st Century*, que teve lugar de 11 a 17 de janeiro de 2000, Asmara, Eritreia. Disponível em http://www.africa.upenn.edu/Govern_Political/asmlit.html

UNESCO (1953). *The use of vernacular languages in education*. Monographs on fundamental education, Vol. 8. Paris: Unesco. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000028/002897EB.pdf>

UNIÃO AFRICANA (2000). *Ato Constitutivo da União Africana*, Lomé. Disponível em https://au.int/sites/default/files/pages/32020-file-constitutiveact_en.pdf

UNITED NATIONS (2015a). *World Population 2015*. Department of Economic and Social Affairs – Population Division. Disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/World_Population_2015_Wallchart.pdf.

----- (2015b). *World Population Prospects: The 2015 Revision, Methodology of the United Nations Population Estimates and Projections*. Nova Iorque: Nações Unidas. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2015_Methodology.pdf.

----- (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision, World Population 2017 Wallchart*. Nova Iorque: Nações Unidas. Disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_Wallchart.pdf.

World conference on education for all: meeting basic learning needs (1990). Jomtien: Inter-Agency Commission, WCEFA (UNDP, UNESCO, UNICEF, World Bank). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000975/097551e.pdf>.

5. Entrevistas

DANTAS, Marcelo (2013). “Brasil, Angola e Moçambique definirão futuro da Língua Portuguesa”. Em entrevista à Agência Lusa, publicada no blogue “Ventos da Lusofonia”: 02.06.2013. Disponível em <https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2013/06/02/brasil-angola-e-mocambique-definirao-futuro-da-lingua-portuguesa/>.

LABORINHO, Ana Paula (2016). “Será em África que teremos mais falantes de português”. Em entrevista ao *Expresso*. 01.10.2016. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/cultura/2016-10-01-Sera-em-Africa-que-teremos-mais-falantes-de-portugues>.

MENDES, Edleise (2014). “Língua Portuguesa gera interesse mundial nunca visto”. Em entrevista à *Plataforma Macau*. 10.09.2014. Disponível em <https://iilp.wordpress.com/2014/09/10/portugues-gera-interesse-mundial-nunca-visto/>.

PEPETELA (2010). “Português é a língua da nacionalidade”. Em entrevista ao *Observatório do Algarve*, publicada no blogue “Cidadania Lusófona”: 30.04.2010. Disponível em <https://cidadanialusofona.wordpress.com/2010/04/30/em-angola-portugues-e-a-lingua-da-nacionalidade%E2%80%9D-diz-pepetela/>

RAMOS, Luís Faro (2018). “O português é cada vez mais uma língua de negócios”. Em entrevista ao jornal *Expresso*. 13/01/2018. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/entrvpresexprss.pdf

RETO, Luís (2017). “Só existia um milhão de pessoas em Portugal no século XV, hoje há 260 milhões que falam português”. Em entrevista a Rute Sousa Vasco (*Sapo24*). 06.02.2017. Disponível em <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/so-existia-um-milhao-de-pessoas-em-portugal-no-seculo-xv-hoje-ha-260-milhoes-que-falam-portugues>.

6. Outras fontes

FISHMAN, Joshua (1967). “Bilingualism With and Without Diglossia; Diglossia With and Without Bilingualism”. In *Journal of Social Issues*, Vol 23, Nr. 2, pp. 29-38. Disponível aqui: <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00573.x>

“Geração Lusofonia’ é tema da revista *Monocle*”. Agência Lusa, publicado no blogue “Ventos da Lusofonia”. 21.09.2012. Disponível em <https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2012/10/01/geracao-lusofonia-e-tema-da-revista-monocle/>.

MACHUNGO, Inês (coord.) (2017). *VOMOLP – Vocabulário Ortográfico Moçambicano da Língua Portuguesa*. Maputo: Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira. Disponível em <http://voc.iilp.cplp.org/index.php?action=von&von=mz>

MARTINHO, Ana Maria (2005). *A Língua Portuguesa em África: perspectivas presentes e futuras*. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/04/plemafrica.pdf>.

MUHR, Rudolf (2012). *Pluricentricity*.

In <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/what-is-a-pluricentric-language>.

Observatório da Língua Portuguesa (2016). “Taxas de alfabetização nos países CPLP”. 03.02.2016. Disponível em <http://observalinguaportuguesa.org/taxas-de-alfabetizacao-nos-paises-da-cplp/>.

----- (2016). “Angola: português é falado por 71, 15% de angolanos (censo de 2014)”. 07.04.2016. Disponível em <http://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/>.

----- (2018). “Haverá mais falantes de português em África do que na América do Sul”. 31.03.2018. Disponível em <http://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/>.

ONU News (2012). “Cabo Verde quer promover o português na rede de parlamentos em África”. *Podcast*. Disponível em

<https://soundcloud.com/onunews/cabo-verde-quer-promover-o>.

ROCHA, Fretson (2017). “África com maior número de falantes de português em 2100”. *Expresso das Ilhas*. 15.11.2016. Disponível em

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/50936-africa-com-maior-numero-de-falantes-de-portugues-em-2100>.

SANDS, Bonny (2018). *Language revitalization in Africa*. Disponível em :

https://www.researchgate.net/publication/323369085_Language_revitalization_in_Africa.

7. Sítios da Internet

www.casas.co.za/ (The Centre for Advanced Studies of African Society)

www.catedraportugues.uem.mz/ (Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira – Universidade Eduardo Mondlane)

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/> (Ciberdúvidas da Língua Portuguesa)

www.cplp.org (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

www.ethnologue.com (Ethnologue. Languages of the World)

www.iilp.cplp.org/ (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)

www.instituto-camoes.pt/ (Instituto Camões)

<http://observalinguaportuguesa.org/> (Observatório da Língua Portuguesa)

www.un.org (Organização das Nações Unidas)

www.pluricentriclanguages.org/ (Pluricentric Languages)

www.ppple.org/ (Portal do Professor de Português Língua Estrangeira)

www.priberam.pt/ (Priberam Dicionário)

<https://ventosdalusofonia.wordpress.com/> (Ventos da Lusofonia)

<http://voc.iilp.cplp.org/index.php> (Vocabulário Ortográfico Comm da Língua Portuguesa)

Bibliografia:

- ADRIANO**, Paulino Soma (2014) - *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola - Divergências em relação à norma europeia*. Tese de doutoramento em Linguística: Universidade de Évora. Disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11802/1/Doutoramento_Paulino%20Adriano.pdf.
- ALIDOU**, Hassana (2003). "Language policies and language education in Francophone Africa: a critique and a call to action". In Makoni, Sinfree; Smitherman, Geneva; Ball, Arnetta F.; Spears, Artur K. (Eds.) *Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas*. Londres: Routledge, pp. 103-116.
- AMARAL**, Ilídio (2005). "Os PALOP face aos desafios do século XXI". In Silva, Teresa Cruz e; Araújo, Manuel G. Mendes de; Cardoso, Carlos (Eds.) *Lusofonias em África- História, democracia e integração africana*. Dakar: CODESRIA, pp. 3-30.
- ANTÓNIO**, Mário (1963). *Luanda, ilha crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- AZEVEDO**, Ávila de (1958). *Política de ensino em África*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- BABAJIDE**, Adeyemi O. (2001). "Language attitude patterns of Nigerians". In Igboanusi, Herbert (Ed.) *Language attitude and language conflict in West Africa*. Ibadan: Odunprints, pp. 1-13.
- BAL**, Willy (1979). *Afro-romanica studia*. Albufeira: Edições Poseidon.
- BASSEY**, Magnus O. (1999). *Western education and political domination in Africa: a study in critical and dialogical pedagogy*. Connecticut: Bergin Garvey.
- BATIBO**, Herman M. (2005). *Language decline and death in Africa: causes, consequences and challenges*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.

- BAXTER**, Alan N. (1992). “Portuguese as a pluricentric language”. In Clyne, Michael (Ed.) *Pluricentric languages: differing norms in different nations*. Berlin/Nova Iorque: Mouton De Gruyter, pp. 11-43.
- BIEGER-MERKLI**, Caroline (2010). *La Communauté des Pays de Langue Portugaise – Un espace interculturel de coopération basé sur la langue?*. Paris: L’Harmattan.
- BIRMINGHAM**, David (2012). “Is ‘nationalism’ a feature of Angola’s cultural identity?”. In Morier-Genoud, Eric (Ed.) *Sure road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill, pp. 217-230.
- BOURDIEU**, Pierre (1991). *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press.
- BROCK-UTNE**, Birgit; **HOPSON**, Rodney Kofi (2005). “Educational language contexts and issues in postcolonial Africa”. In Brock-Utne, Birgit; Hopson, Rodeny Kofi (Eds.) *Languages of instruction for African emancipation: focus on postcolonial contexts and considerations*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp.1-21.
- BROMBER**, Katrin; **SMIEJA**, Birgit (Eds) (2004) *Globalisation and African languages – Risks and benefits*. Haia: Mouton de Gruyter.
- CAHEN**, Michel (2012). “‘Portugal is in the sky’: conceptual considerations on communities, lusitanity, and lusophony”. In Morier-Genoud, Eric; Cahen, Michel (Eds.) *Imperial migrations : colonial communities and diaspora in the Portuguese world*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 297-314.
- CALLOU**, Dinah (2008). *A propósito de norma, correção e preconceito lingüístico: do presente para o passado*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário, nr.36, pp. 57-73.
- CALVET**, Louis-Jean (1974). *Linguistique et colonialisme : petit traité de glottophagie*. Paris: Payot.
- (1999). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris : Hachette Littératures.
- CAPO**, Hounkpati B. C. (1990). “Comparative linguistics and language engineering in Africa”. In Emenanjo, E. Nolue (Ed.) *Multilingualism, minority languages and language policy in Nigeria*. Agbor, Nigéria: Central Book, pp. 1-9.

- CARDOSO**, Fernando Jorge (2005). “Integração regional em África: que papel para a CPLP”. In Silva, Teresa Cruz e; Araújo, Manuel G. Mendes de; Cardoso, Carlos (Eds.) *Lusofonias em África - História, democracia e integração africana*. Dakar: CODESRIA, pp. 239-249.
- CARVALHO**, Ruy Duarte de (2000). *Vou lá visitar pastores - exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale 1992-1997*. Lisboa: Cotovia.
- CELIS**, Georges R. (1990). *La faillite de l’enseignement blanc en Afrique noire*. Paris: L’Harmattan.
- CHIMBUTANE**, Feliciano (2015). “Línguas e educação em Moçambique: uma perspectiva sócio-histórica”. In Gonçalves, Perpétua; Chibutane, Feliciano (2015) (Orgs.). *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique : em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo: Alcance Editores, pp. 35-76.
- CHUMBOW**, B. S. (1990). “The place of the mother tongue in the national policy of education” In Emenanjo, E. Nolue (Ed.) *Multilinguism, minority languages and language policy in Nigeria*. Agbor, Nigéria: Central Book, pp. 61-74.
- CLARK**, Colin (1977). *El aumento de la población*. Madrid: E.M.E.S.A., cop.
- COUTO**, Mia (2005). *Pensatempos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- (2012). *E se Obama fosse africano? E outras intervenções*. Alfragide: Editorial Caminho.
- DANIEL**, Hilton de Onésio Fortuna (2017). *Interculturalismo: Fator de Aprendizagem do Português Língua Segunda-Língua Estrangeira em Luanda*. Tese de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/21574>.
- ESPERANÇA**, José Paulo; **GULAMHUSSEN**, Mohamed Azzim; **MACHADO**, Fernando Luís; **COSTA**, António Firmino da (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa* (Coord. Reto, Luís). Lisboa: Texto Editores.
- FANON**, Franz ([1952]1975). *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil.

- FERNANDES**, Anabela do Nascimento (2013). *O preconceito cultural e linguístico na escola portuguesa*. Tese de Mestrado em Português Língua Não Materna: Universidade Aberta. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2601/1/TMPLNM_AnabelaFernandes.pdf
- FERREIRA**, Manuel (1986). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 2 vol.
- (1988). *Que futuro para a língua portuguesa em África?: uma perspectiva sociocultural*. Linda-a-Velha: ALAC.
- FLEISCH**, Axel; **STEPHENS**, Rhiannon (2016). “Theories and methods of African conceptual history”. In Fleisch, Axel; Stephens, Rhiannon (Eds.) *Doing conceptual history in Africa*. Nova Iorque: Berghahn Books, pp 1-19.
- GANI-IKILAMA**, T. O. (1990). “Use of Nigerian Pidgin in Education: Why not?”. In Emenanjo, E. Nolue (Ed.) *Multilingualism, minority languages and language policy in Nigeria*. Agbor, Nigéria: Central Book, pp. 219-226
- GÄRTNER**, Eberhard (1989). “Remarques sur la syntaxe du portugais en Angola et au Mozambique”. In Centre d'Études Hispaniques Hispano-Américaines, Portugaises, Brésiliennes et de l'Afrique d'Expression Portugaise. *La Langue portugaise en Afrique*. Bretagne: Université de Haute Bretagne, pp. 29-54.
- GONÇALVES**, Perpétua (1996). *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Imprensa Universitária.
- (1997b). “Tipologia de ‘erros’ do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico”. In Stroud, Christopher; Gonçalves, Perpétua. *Panorama do português oral de Maputo. A construção de um banco de “erros”*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp. 37-70.
- (2010a). *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (2010b). *O Português escrito por estudantes universitários: descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editora.
- (2015). “Papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique”. In *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: em*

direcção a uma coerência entre discurso e prática. Maputo: Alcance Editores, pp.133-153.

GONÇALVES, Perpétua; **CHIMBUTANE**, Feliciano (2015). “Assimetrias da mudança linguística em contextos pós-coloniais: o caso do português e das línguas bantu em Moçambique”. In Gonçalves, Perpétua; Chimbutane, Feliciano (Orgs.). *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo: Alcance Editores. pp: 77-102.

GOKE-PARIOLA, Abiodun (1993). *The role of language in the struggle for power and legitimacy in Africa*. Nova Iorque: The Edwin Mellen Press.

GRILLO, Ralph (1989). “Anthropology, Language, politics”. In Grillo, Ralph (Ed) *Social anthropology and the politics of language*. Londres: Routledge, pp. 1-24.

GUIMARÃES, José Marques (2006). *A política "educativa" do colonialismo português em África : da I República ao Estado Novo (1910-1974)*. Porto: Profedições.

HEINE, Bernd (1992). “Language policies in Africa”. In Herbert, Robert K. (Ed.) *Language and society in Africa : the theory and practice of sociolinguistics*. Wits: Witwatersrand University Press, pp.23-36.

HERBERT, Robert K. (1992) (Ed.) *Language and society in Africa: the theory and practice of sociolinguistics*. Wits: Witwatersrand University Press.

HICKEY, Raymond (2015) (Ed.). *Standards of English: codified varieties around the world*. Cambridge : Cambridge University Press.

HODGES, Tony (2002). *Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia.

HONWANA, Luís Bernardo (2015). “A rica nossa cultura”. In Gonçalves, Perpétua; Chimbutane, Feliciano (Orgs.). *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo: Alcance Editores, pp: 7-22.

HOPSON, Rodney Kofi (2005). “The paradox of English only in Post-Independent Namibia: towards whose education for all?”. In Brock-Utne, Birgit; Hopson, Rodeny Kofi (Eds.) *Languages of instruction for African emancipation: focus on postcolonial contexts and considerations*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 89-118.

- HYLTENSTAM**, Kenneth; **STROUD**, Christopher – “O conceito de uma língua segunda num contexto africano: implicações para a pesquisa e teoria”. In Stroud, Christopher; Tuzine, António (Orgs.) *Uso de línguas africanas no ensino: problemas e perspectivas*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp. 219-246.
- IGBOANUSI**, Herbert (2001) (Ed.). *Language attitude and language conflict in West Africa*. Ibadan: Odunprints.
- INVERNO**, Liliana Cristina Coragem (2006). *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*. Tese de Mestrado em Linguística Descritiva: Universidade de Coimbra. Disponível em:
<https://www.academia.edu/7345072/INVERNO.2006.AngolasTransitiontoVernacularPortuguese.UnpublishedMastersThesisinDescriptiveLinguisticsUniversityofCoimbra?auto=download>
- (2008). “Transição de Angola para o português: uma história sociolinguística”. In Torgal, Luís Reis (Ed.) *Comunidades imaginadas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 169-181. Disponível em
https://www.researchgate.net/publication/262874958_Transicao_de_Angola_para_o_portugues_uma_historia_sociolinguistica.
- KEMBO**, Jane (2015). “Language in education and language learning in Africa”. In Webb, Vic; Kembo-Sure (Eds.) *African voices : an introduction to the languages and linguistics of Africa*. Oxford: University Press. pp.286-311.
- KOUVOUAMA**, Abel (1986). *Strategie linguistiche di identità statale in Africa*. Lecce: Pensa Editore.
- LABORINHO**, Ana Paula (2012). “A língua na rota da economia – prefácio”. In Esperança, José Paulo; Gulamhussen, Mohamed Azzim; Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa* (Coord. Reto, Luís). Lisboa: Texto Editores.
- LAITIN**, David D. (1977). *Politics, language, and thought: the Somali experience*. Chicago: The University of Chicago Press.

- LARANJEIRA**, Pires (1992). *De letra em riste : identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, D.L.
- LEISTE**, Doris (1989). “Quelques réflexions sur la situation linguistique en République Populaire du Mozambique”. In Centre d'Études Hispaniques Hispano-Américaines, Portugaises, Brésiliennes et de l'Afrique d'Expression Portugaise. *La Langue portugaise en Afrique*. Bretagne: Université de Haute Bretagne, pp. 55-68.
- LOPES**, Armando Jorge (2014). “Língua portuguesa em Moçambique: as timakas e os milandos revisitados”. In Bastos, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa e lusofonia*. São Paulo: EDUC, s/p.
- MACIEL**, Cármen (2010). *A Construção da Comunidade lusófona a partir do antigo centro. Micro-comunidades e práticas da lusofonia*. Tese de doutoramento em Sociologia: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4440/1/carmenmaciel.pdf>.
- MAKONI**, Sinfree; **SMITHERMAN**, Geneva; **BALL**, Arnetha F.; **SPEARS**, Artur K. (2003) (Eds.) *Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas*. Londres: Routledge.
- MARCHUETA**, Maria Regina (2003). *A CPLP e o seu enquadramento*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MATOS**, Norton de (1953). *A Nação una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Lisboa: Paulino Ferreira.
- (1953). *África nossa: o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto: Marânus.
- MATSELA**, Zach A. (1995). “Empowerment of the masses through the use of African languages”. In Pütz, Martin (Ed.) *Discrimination through language in Africa – Perspectives on the Namibian experience*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 46-55.
- MATSINHE**, Sozinho Francisco (2005). “The language situation in Mozambique: Current developments and prospects”. In Brock-Utne, Birgit; Hopson, Rodeny Kofi (Eds.) *Languages of instruction for African emancipation: focus on*

postcolonial contexts and considerations. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 119-146.

- MAZRUI**, Ali A. (1977). *Africa's international relations*. Londres: Heinemann.
- MAZRUI**, Ali A; **MAZRUI**, Alamin (1998). *The power of Babel – Language and governance in the African experience*. Kampala: Fountain Publishers.
- MINGAS**, Amélia Arlete (1989 [2000]). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Editora Chá de Caxinde.
- MONTEAGUDO**, Henrique (2002). *A normalización lingüística: a debate*. Vigo: Xerais de Galicia.
- MORAIS-BARBOSA**, Jorge (1969). *A língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- MOTO**, Francis (2009). *Language, power and society*. Pretória: University of South Africa.
- MOURA**, Gilberto (1990). “Literatura angolana: aspectos da inserção das línguas autóctones no discurso narrativo em português (1.ª parte)”. In *Revista da Faculdade de Letras*, nr. 13/14, 5ª série, pp. 101-111.
- (1993). “Literatura angolana : aspectos da inserção das línguas autóctones no discurso narrativo em português (2.ª parte)”. In *Revista da Faculdade de Letras*, nr. 15, 5ª série, pp.189-199.
- NARO**, Anthony Julius; **SCHERRE**, Maria Marta Pereira (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábula.
- NEGRO**, María Pilar Garcia (2000). *Direitos lingüísticos e control político*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- NEVILLE**, Alexander (2003). “The African Renaissance, African languages and African education with special reference to South Africa”. In Wolff, Ekkehard (Ed.) *Tied tongues - The African Renaissance as a challenge for language planning*. Münster: Lit. , pp. 21-27.
- OEDRAOGO**, Pierre; **SOMÉ**, Maxime Z. (2006). “Langues africaines et les TIC: quelle stratégie mettre en place?”. In Egbohare, Francis; Kolawole, Clement

(Eds.) *Globalisation and the future of African languages*. Ibadan: Ibadan Cultural Studies Group, pp. 12-30.

OGUNSIJI, Ayo (2001). "Utilitarian dimensions of language in Nigeria". In Igboanusi, Herbert (Ed.) *Language attitude and language conflict in West Africa*. Ibadan: Odunprints, pp. 152-164.

OHLY, Rajmund – Triglossia: African privilege or necessity? ". In Bromber, Katrin; Smieja, Birgit (Eds) *Globalisation and African languages – Risks and benefits*. Haia: Mouton de Gruyter, pp. 103-118.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (2013). "Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI". In *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, 52(2), pp. 409-433. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010

------(2016). "O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa". In ORTIZ, Maria Luisa Álvarez; Gonçalves, Luis (Orgs.) *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, pp. 25-43.

OUANE, Adama (2009). "My journey to and through a multilingual landscape". In Brock-Utne, Birgit; Garbo, Gunnar (Eds.) *Language and power – The implications for peace and development*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 164-171.

OYETADE, S. Oluwole (2001). "Attitude to foreign languages and indigenous language use in Nigeria" In Igboanusi, Herbert (Ed.) *Language attitude and language conflict in West Africa*. Ibadan: Odunprints, pp. 14-29.

PEDRO, José Domingos (2014). "Estão as línguas nacionais em perigo?". In Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 77-88.

PERL, Matthias (1989): "Le portugais et le créole portugais en Afrique – Réflexions sur la variation et la planification linguistiques". In Centre d'Études Hispaniques Hispano-Américaines, Portugaises, Brésiliennes et de l'Afrique d'Expression

Portugaise (1989). *La Langue portugaise en Afrique*. Bretagne: Université de Haute Bretagne, pp. 9-28.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes (2005). “Diversidade linguística e identidade nacional: investigando afirmações alternativas de nacionalidade em Angola em cultos religiosos”. In Silva, Teresa Cruz e; Araújo, Manuel G. Mendes de; Cardoso, Carlos (Eds.) *Lusofonias em África- História, democracia e integração africana*. Dakar: CODESRIA, pp. 121-142.

PHASWANA, Nkhelebeni (2003). “Contradiction or affirmation? The South African language policy and the South African national government”. In Makoni, Sinfree; Smitherman, Geneva; Ball, Arnetha F.; Spears, Artur K. (Eds.) *Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas*. Londres: Routledge, pp. 117-130.

PRAH, Kwesi Kwaa (2005). “Language of instruction for education, development and African emancipation”. In Brock-Utne, Birgit; Hopson, Rodeny Kofi (Eds.) *Languages of instruction for African emancipation: focus on postcolonial contexts and considerations*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 23-49.

----- (2009). “The language of instruction conundrum in Africa”. In Brock-Utne, Birgit; Garbo, Gunnar (Eds.) *Language and power – The implications for peace and development*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 143-162.

PRATA, A. Pires (1983). *A influência da língua portuguesa sobre o suahíli e quatro línguas de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

PÜTZ, Martin (1995) (Ed.). *Discrimination through language in Africa? – Perspectives on the Namibian experience*. Nova Iorque: Mouton de Gruyter.

----- (2004). “Can a ‘foreign’ language be a national medium of education? Linguistic ecology and equality in Namibia”. In Bromber, Katrin; Smieja, Birgit (Eds) *Globalisation and African languages – Risks and benefits*. Haia: Mouton de Gruyter, pp. 65-84.

RETO, Luís Antero; **MACHADO**, Fernando Luís; **ESPERANÇA**, José Paulo (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

RIBEIRO, Orlando (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.

- ROSÁRIO**, Lourenço do (2015). “Língua portuguesa como factor de desenvolvimento nacional e afirmação internacional – que desafios?”. In Gonçalves, Perpétua; Chimbutane, Feliciano (2015) (Orgs.). *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique : em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo: Alcance Editores. pp: 23-34.
- ROY-CAMPBELL**, Zaline M. (2003). “Promoting African languages as conveyors of knowledge in educational institutions”. In Makoni, Sinfree; Smitherman, Geneva; Ball, Arnetha F.; Spears, Artur K. (Eds.) *Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas*. Londres: Routledge, pp. 83-102.
- SANOGO**, Mamadou Lamine (2008). “Politique linguistique et Union Africaine”. In Tourneux, Henry (Dir.) *Langues, cultures et développement en Afrique*. Paris: Éditions Karthala, pp. 19-31.
- SEMALI**, Ladislaus M. (2009). “Indigenous pedagogies and languages for peace and development”. In Brock-Utne, Birgit; Garbo, Gunnar (Eds.) *Language and power – The implications for peace and development*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp.196-208.
- SERRA**, Carlos (2014). “O Jano linguístico”. In Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 7-8.
- SEVERO**, Cristine Gorsky (2014). “Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações”. In Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 9-36.
- SIGUAN**, Miquel (1996). *A Europa das línguas*. Lisboa: Terramar.
- SILVA**, Augusto Santos (2016). “Da língua como solo e como horizonte - prefácio”. In Reto, Luís Antero; Machado, Fernando Luís; Esperança, José Paulo (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- SITOE**, Bento (2014). “Línguas moçambicanas, como estamos?”. In Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 37-76.

- SEVERO**, Cristine; **SITOE**, Bento; **PEDRO**, José (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora.
- SKATTUM**, Ingse (2009). “French or national languages as means of instruction? Reflections on French domination and possible future changes”. In Brock-Utne, Birgit; Garbo, Gunnar (Eds.) *Language and power – The implications for peace and development*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 172-181.
- SMITH**, Stanley K.; **TAYMAN**, Jeff; **SWANSON**, David A. (2001). *State and local population projections: methodology and analysis*. Nova Iorque: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- SOFUNKE**, Biodun (1990). “National language policy for democratic Nigeria”. In Emenanjo, E. Nolue (Ed.) *Multilingualism, minority languages and language policy in Nigeria*. Agbor: Central Book, pp. 31-49.
- SOMÉ**, Maxime Z. (2003). *Politique éducative et politique linguistique en Afrique : enseignement du français et valorisation des langues «nationales»: le cas du Burkina Faso*. Paris: L'Harmattan.
- SOW**, Alpha I.; **BALOGUN**, Ola; **AGUESSY**, Honorat; **DIAGNE**, Pathé (1977). *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70.
- STROUD**, Christopher (1997a). “ O corpus: antecedentes, quadro teórico e aspirações práticas”. In Stroud, Christopher; Gonçalves, Perpétua. *Panorama do português oral de Maputo. Objectivos e métodos*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp.11-46.
- (1997b). “Os conceitos linguísticos de “erro” e “norma”. In Stroud, Christopher; Gonçalves, Perpétua. *Panorama do português oral de Maputo. A construção de um banco de "erros"*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp. 9-36.
- (2004). “Revisiting reversing language shift: African languages in high modernity”. In Bromber, Katrin; Smieja, Birgit (Eds) *Globalisation and African languages – Risks and benefits*. Haia: Mouton de Gruyter, pp. 85-101.
- STROUD**, Christopher; **TUZINE**, António (1998). “A abordagem de questões de educação multilingue em países em vias de desenvolvimento”. In Stroud, Christopher; Tuzine, António (Orgs.) *Uso de línguas africanas no ensino*:

problemas e perspectivas. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp. 9-38.

TORRES, Adelino; **FERREIRA**, Manuel Ennes (2001). “A Comunidades dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas.” In Moreira, Adriano (Ed.) *Comunidade dos países de língua portuguesa: cooperação*. Coimbra: Almedina, pp. 23-123.

VALKHOFF, Marius F. (1975). *Miscelânea luso-africana : colectânea de estudos*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

VAZ-PINTO, Raquel (2014). *Os portugueses e o mundo*. Lisboa: Relógio D'Água.

VENÂNCIO, José Carlos (2000). *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*. Cruz Quebrada: Vega Editora.

----- (2005). *A dominação colonial: protagonismos e heranças*. Lisboa: Editora Estampa.

VIGOUROUX, Cécile B.; **MUFWENE**, Salikoko S. (2008) (Eds.). *Globalization and language vitality : perspectives from Africa*. Londres: Continuum.

WA THIONG'O, Ngũgĩ (1986). *Decolonising the mind – The politics of language in African literature*. Londres: James Currey Ltd.

----- (1993). *Moving the centre: the struggle for cultural freedoms*. Londres: James Currey Ltd.

----- (1998). *Penpoints, gunpoints, and dreams – Towards a critical theory of the arts and the state in Africa*. Nova Iorque: Oxford University Press.

----- (2003). “Decolonising scholarship of black languages”. In Makoni, Sinfree; Smitherman, Geneva; Ball, Arnetha F.; Spears, Artur K. (Eds.) *Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas*. Londres: Routledge, pp. xi-xii.

WEBB, Vic; **KEMBO-SURE** (2015) (Eds.). *African voices: an introduction to the languages and linguistics of Africa*. Oxford: University Press.

WOLFF, Ekkehard (2003) (Ed.). *Tied tongues - The African Renaissance as a challenge for language planning*. Münster: Lit. Beiträge zur afrikanistik.

YERENDÉ, Eva (2005). “Ideologies of language and schooling in Guinea-Conakry – A post-colonial experience”. In Brock-Utne, Birgit; Hopson, Rodeny Kofi (Eds.) *Languages of instruction for African emancipation: focus on postcolonial contexts and considerations*. Dar es Salaam: Mkuki N Nyota Publishers, pp. 199-230.

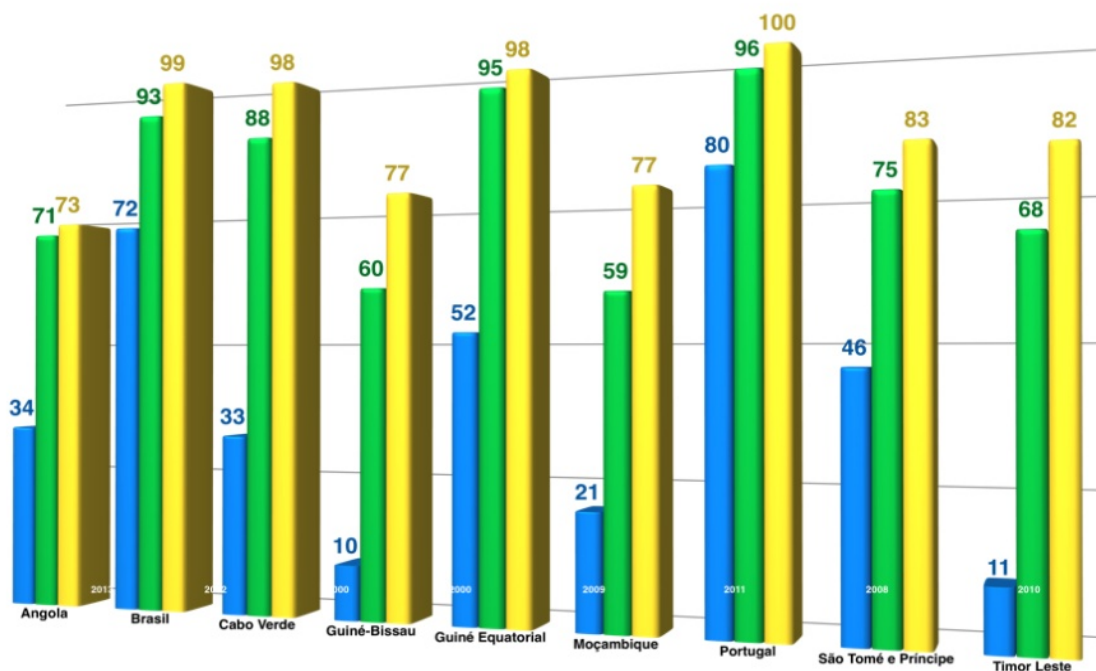
YUKA, Lenzemo Constantine (2001). “On English as a minority official language in Cameroon”. In Igboanusi, Herbert (Ed.) *Language attitude and language conflict in West Africa*. Ibadan: Odunprints, pp. 143-151.

Todas as fontes *online* foram consultadas pela última vez a 3 de maio de 2018.

ANEXO A

Taxas de alfabetização nos Países CPLP

■ Idosos (+ de 65 anos de idade) ■ Adultos (+ de 15 anos de idade) ■ Jovens (15 a 24 anos de idade)



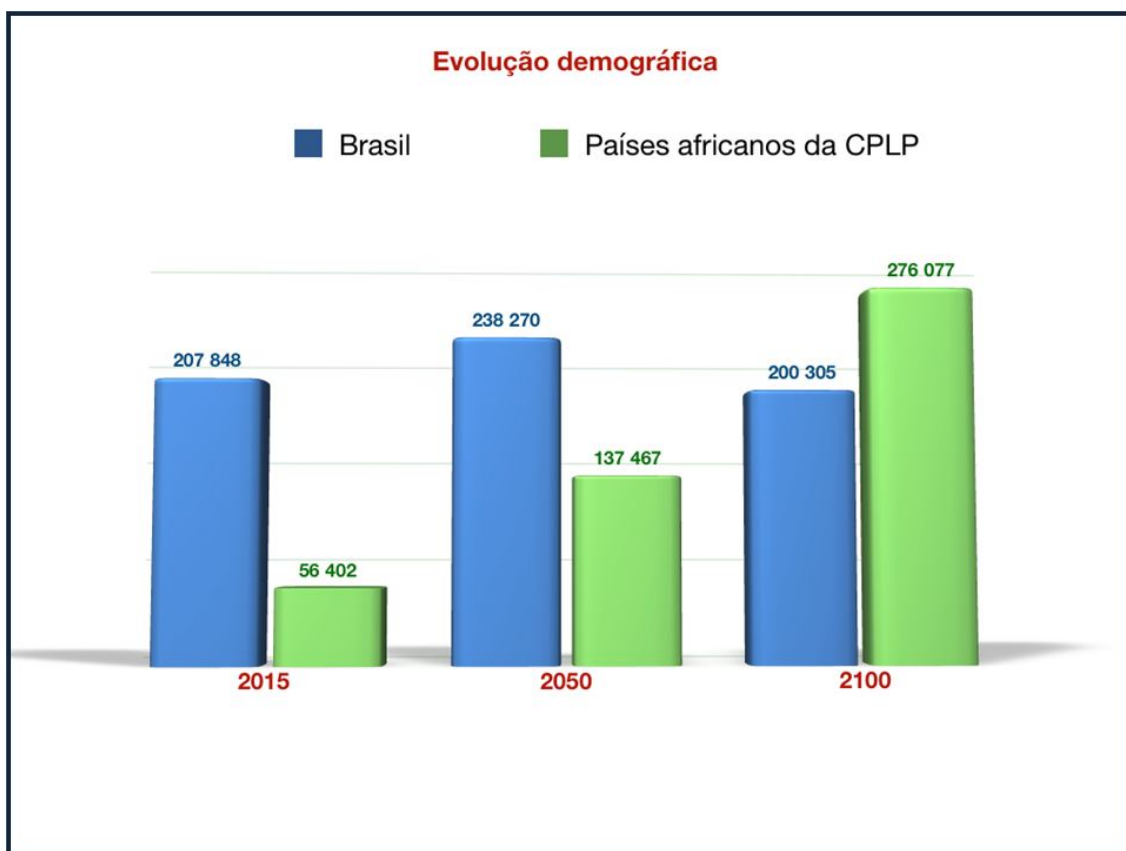
Valores de 2015 para Jovens e Adultos Para idosos, conforme indicado junto à coluna

Fontes: UNESCO

Fonte: UNESCO, citada em Observatório da Língua Portuguesa - <http://observalinguaportuguesa.org/wp-content/uploads/2016/03/Literacia-nos-pai%CC%81ses-da-CPLP.003.jpg>

ANEXO B

Projeções do número de falantes de português nos PALOP e no Brasil no período 2015-2050-2100



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa

<http://observalinguaportuguesa.org/havera-mais-falantes-de-portugues-em-africa-do-que-na-america-do-sul/>

ANEXO C

Angola - População com 2 ou mais anos de idade por faixa etária e área de residência, segundo as línguas faladas – Área rural

Grupo de idade	Mais de uma língua falada	Línguas faladas												Número de pessoas com 2 ou mais anos de idade	
		Português	Umbundo	Kimbundo	Kikongo/Ukongo	Chokwe/Koko	Nganguela	Nhaneca	Fiote	Kwanhama	Luvale	Muhumbi	Outras línguas nacionais		Surdo/mudo
50 - 54 anos	273 732	351 098	121 755	82 846	59 249	36 474	12 458	6 780	14 164	3 878	3 906	2 883	22 692	1 817	400 902
55 - 59 anos	179 868	226 746	80 210	58 069	42 820	22 889	7 962	4 269	9 500	2 347	2 749	1 776	14 413	1 183	264 296
60 - 64 anos	115 011	142 150	53 603	39 112	26 681	16 892	6 036	2 946	5 833	1 413	2 112	1 158	8 515	844	174 161
65 - 69 anos	62 761	75 177	30 229	23 228	15 864	9 477	3 518	1 608	3 251	702	1 243	656	4 132	455	96 774
70 - 74 anos	46 322	53 755	22 660	18 673	11 895	7 813	3 217	1 139	2 343	544	1 062	517	2 566	365	73 334
75 - 79 anos	23 028	27 139	11 853	9 681	6 924	3 667	1 484	624	1 409	291	469	279	1 275	184	38 891
80 - 84 anos	14 608	17 060	7 770	6 321	4 472	2 462	1 185	437	861	218	356	185	885	124	25 743
85 - 89 anos	5 822	7 176	3 117	2 617	1 746	845	399	176	374	80	121	72	309	61	10 546
90 - 94 anos	3 701	4 688	2 086	1 582	1 051	621	323	132	208	61	91	59	243	27	7 058
95 ou mais anos	3 530	5 039	1 866	1 312	954	457	262	136	197	80	72	81	254	38	6 918
Rural	3 480 571	4 246 383	2 946 921	841 140	778 651	546 854	427 906	629 842	185 714	433 257	153 769	419 081	359 267	57 537	8 760 636
2 - 4 anos	81 667	207 820	124 831	22 049	29 452	28 627	27 243	33 667	18 170	22 313	11 395	24 374	21 702	7 532	1 211 684
5 - 9 anos	463 645	795 591	520 034	90 153	123 968	91 996	73 707	114 608	28 889	74 750	27 133	79 052	54 666	8 747	1 600 393
10 - 14 anos	436 181	603 606	376 313	76 715	90 564	61 859	51 576	81 517	21 328	60 523	18 820	57 035	38 487	6 267	1 062 612
15 - 19 anos	440 034	523 695	327 303	76 563	75 795	48 969	44 118	64 923	17 752	50 391	14 584	43 157	31 813	5 311	832 653
20 - 24 anos	379 959	418 203	273 888	75 656	66 958	46 513	42 256	60 065	15 916	40 978	13 610	37 316	33 694	4 783	697 171
25 - 29 anos	315 808	332 985	227 953	74 862	63 859	45 685	37 616	57 149	15 042	33 346	12 319	34 161	34 742	4 345	606 992
30 - 34 anos	238 971	248 033	174 129	62 116	53 470	38 499	26 738	45 020	12 566	27 583	10 370	28 023	28 319	3 402	477 169
35 - 39 anos	250 269	254 891	195 663	68 401	53 633	38 939	26 055	39 882	11 658	23 416	9 250	26 036	26 192	3 494	480 597
40 - 44 anos	203 578	205 328	158 449	55 863	46 570	33 029	20 956	30 135	9 782	20 044	7 688	20 396	21 095	2 795	389 172
45 - 49 anos	180 559	180 121	149 845	49 431	37 134	29 692	19 345	25 015	8 425	16 070	6 385	16 583	17 580	2 554	339 747
50 - 54 anos	157 301	155 400	127 781	50 725	35 475	26 009	17 262	23 645	7 371	16 005	5 947	14 761	15 695	2 450	308 268
55 - 59 anos	109 414	107 956	90 658	39 810	29 365	17 096	11 321	14 762	5 585	10 482	4 318	9 989	10 301	1 622	219 023
60 - 64 anos	84 976	82 269	71 848	33 983	24 100	15 138	10 413	12 647	4 523	10 163	4 052	8 623	8 658	1 460	181 993
65 - 69 anos	51 058	49 221	46 296	21 956	16 676	8 304	5 942	8 624	3 017	7 189	2 452	6 019	5 319	917	118 613
70 - 74 anos	43 360	46 495	38 775	20 462	14 904	8 263	6 243	7 448	2 505	7 883	2 478	5 642	4 976	873	106 833
75 - 79 anos	19 999	18 814	19 471	9 856	7 437	3 449	2 726	4 266	1 484	4 399	1 172	2 930	2 486	429	54 052
80 - 84 anos	14 044	13 860	13 874	7 476	5 566	2 931	2 551	3 241	999	3 520	1 027	2 518	1 927	322	41 049
85 - 89 anos	4 299	3 946	4 331	2 276	1 712	785	746	1 345	355	1 777	362	1 079	708	92	14 281
90 - 94 anos	3 327	3 041	3 165	1 818	1 316	725	685	1 073	208	1 463	281	786	579	94	11 117
95 ou mais anos	2 122	1 954	2 251	966	696	347	408	810	139	962	126	603	328	46	7 217

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Angola (2016). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*, p.100.

Pretende mostrar-se aqui que, nas áreas rurais, o umbundo ultrapassa o português apenas a partir da faixa etária 75-79 anos (em milhares): português: 18 814; umbundo: 19 471.

ANEXO D

Estádios de desenvolvimento das línguas pluricêntricas – Muhr, 2012

“Stages of pluricentricity

Pluricentric languages can be on different levels of development as the following list shows:

Levels:

1. Languages with varieties that have no territory of their own and no official recognition in the respective countries where they are present. This is the case with West-Armenian which is different from East-Armenian. The variety shows linguistic distance and there is strong linguistic awareness as it is as the symbol of social and ethnic identity.
2. Pluricentric languages with varieties waiting for recognition: This is the case with Russian in Latvia, Lithuania and Estonia where there are large language communities (up to 40% of the population) and where Russian is not even recognized as a minority language and does not have a formal status.
3. Pluricentric languages with varieties that lack the appropriate formal status: Such a language is Hungarian. It only has the status of a minority language in Slovakia, Romania and Serbia even though there are large contingent areas with many Hungarian native speakers in the three countries.
4. Languages where the status of pluricentricity is denied by the dominant variety. Languages like this have a high degree of centralisation and little or no awareness of the pluricentricity and/or showing strong reluctance to acknowledge the status are recognition of pluricentricity. Languages belonging to this category are: Albanian, French, Greek, Italian and Russian.
5. Languages where the status of pluricentricity is acknowledged by the 'mother'-variety, where the linguistic characteristics are codified including the minor varieties to some degree in dictionaries and reference books. Languages belonging to this type are: English (some), Dutch, German (some), Hindi-Urdu (some), Spanish (some), Swedish (all), and Portuguese (recently).
6. Languages where the pluricentricity is deliberately practised by model speakers of the respective NV. Emphasis is put on using the specific linguistic features of

the national variety in pronunciation, lexicon and pragmatic features of communication etc. This is the case in many varieties of English, Dutch, German, Spanish, Swedish, and Portuguese.

7. Languages where the NV is taught in schools: This is the case in all NVs, but variation existing between NVs of pluricentric languages is usually ignored, and not made aware in most cases.
8. Languages where the linguistic characteristics of the NV are made aware of in schools: At present there are no pluricentric languages to my knowledge where linguistic characteristics of NVs are made aware of in school.”

(Retirado de <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/stages-of-pluricentricity>)

ANEXO E

Características/atitudes das nações detentoras de normas dominantes – Muhr, 2012

“Features/Beliefs of dominant nations:

Michael Clyne (1992: 459) listed 11 characteristics of the varieties of the dominant nations (D-Nation) that relate to attitudes and beliefs shared by the members of different D-nations in respect of the ND-nations and to differences in language behaviour. The following list has been enlarged by Muhr/Delcourt (2000) (M/D), Muhr (2003) (M) and also presents the features named by M. Clyne (1992) (MC):

General features of D-nations:

1. Have a large number of speakers (M/MC).
2. Are varieties of nations which are the country where the language originates ('historical heartland') and therefore claim historical rights. (M/MC)
3. Are native varieties and not nativized ones. (MC)
4. Have political, economic and linguistic power and therefore high status. (M)
5. Have a big impact on the general norm of the language. (M/MC)
6. Practice thorough codification and have many codifying institutions. (M/MC)
7. Are globally present in the electronic and print media available to a large audience etc. (M/MC)
8. Spread / export their norms and have many institutions for the dissemination of their norms. (M/MC)

Attitudes/Beliefs of D-Nations:

9. The superiority of the D-variety: D-nations regard themselves as standard and as the custodians of the norms and the norms of the others as 'deviant, non-standard and exotic, cute, charming, and somewhat archaic'. (MC)
10. Speakers of D-nations tend to confuse 'regional variation' with 'national variation'. NDV are considered to be nothing more than a 'regional' variety and just a case of linguistic divergence. (MC)

11. D-nations ignore the identity function of national variety (and often find it difficult to accept that the speakers of the ND-nations are members of another nation). (MC)
12. Variation is thought to be only existent in the spoken norm. (MC)
13. Norms of the ND-nations are believed to be less rigid. (MC)
14. Knowledge of language: speakers of DV are not usually familiar with the ND varieties. (MC)
15. Language change in the DV is perceived as 'natural' (and after some time codified) whereas the developments of the 'non-dominating varieties' are more or less seen as secessionist and a danger to the unity of the language. (M)

Language Resources and means of language export of D-nations:

16. D-Nations have better means of codification as the publishers of grammar books and dictionaries are usually located in D-nations. (MC)
17. D-Nations have better means to export their language norms as they dominate the language market. This in turn contributes to this high status of the DV which is a source of income and prestige. (M/MC)”

(Retirado de <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/features-believes-of-dominant-nations>)